TEXTO PARA DISCUSSÃO

2482

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR: MODELO LÓGICO, RESULTADOS E DESAFIOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA AO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Regina Helena Rosa Sambuichi
Ricardo Kaminsk
Gabriela Perin
Iracema Ferreira de Moura
Elisângela Sanches Januário
Danilo Barbosa Mendonça
Ana Flávia Cordeiro de Almeida

ipea

2482
TEXTO PARA DISCUSSÃO
Brasília, junho de 2019

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E SEGURANÇA ALIMENTAR: MODELO LÓGICO, RESULTADOS E DESAFIOS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA AO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Regina Helena Rosa Sambuichi[1]
Ricardo Kaminsk[2]
Gabriela Perin[3]
Iracema Ferreira de Moura[4]
Elisângela Sanches Januário[5]
Danilo Barbosa Mendonça[6]
Ana Flávia Cordeiro de Almeida[7]

1. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.
2. Pesquisador no Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dirur do Ipea.
3. Pesquisadora no PNPD/Dirur do Ipea.
4. Analista técnica de políticas sociais do Ministério da Saúde (MS) e professora colaboradora da Universidade de Brasília (UnB).
5. Especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ministério da Cidadania.
6. Analista técnico de políticas sociais do Ministério da Cidadania.
7. Pesquisadora no PNPD/Dirur do Ipea.

Governo Federal

Ministério da Economia
Ministro Paulo Guedes

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional, Substituto
Manoel Rodrigues dos Santos Junior

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Aristides Monteiro Neto

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura
André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação
Mylena Fiori

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2019

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: Q 18.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 REFERENCIAL TEÓRICO RELACIONADO À PROBLEMÁTICA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL 9

3 CONTEXTO HISTÓRICO QUE LEVOU À CRIAÇÃO DO PAA 11

4 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 14

5 CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS 16

6 INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO DO PROGRAMA 19

7 MODELO LÓGICO DA MODALIDADE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA 21

8 RESULTADOS OBTIDOS PELO PAA 30

9 EVOLUÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS NO PAA 40

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS 44

REFERÊNCIAS 46

APÊNDICE A 52

SINOPSE

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído em 2003, no contexto da agenda política, que se caracterizou pelo combate à fome, a qual viria a resultar, posteriormente, na institucionalização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), em 2006, e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), em 2010. Este trabalho teve como objetivo fazer análise do PAA, modalidade de compra com doação simultânea (CDS), com a elaboração do modelo lógico que explicita a teoria subjacente a essa modalidade de compra e a revisão dos resultados obtidos nos estudos realizados sobre esta. O estudo baseou-se em análise documental de conteúdo com uso do programa ATLAS.ti e revisão de literatura. O modelo elaborado permitiu sintetizar as referências básicas do programa, incluindo os problemas, os objetivos, as intervenções e os resultados intermediários e finais. Observou-se que o PAA pode ser considerado como programa estruturante no âmbito da PNSAN, pois, além de combater a fome diretamente, com a doação de alimentos a pessoas em situação de insegurança alimentar, tem como principal objetivo usar o poder de compra do governo para fomentar a agricultura familiar, o que veio a gerar impactos positivos sobre a matriz produtiva, promovendo a sustentabilidade do sistema agroalimentar e o desenvolvimento rural inclusivo. Em geral, os resultados dos estudos realizados corroboraram as hipóteses nas quais se baseia o programa, indicando benefícios para o agricultor, sua produção e a qualidade de vida da sua família. Além disso, contribuiu para o fortalecimento de cooperativas e associações de produtores e entidades recebedoras dos produtos e para a segurança alimentar dos beneficiários fornecedores e consumidores. Foram apontadas, também, algumas dificuldades que indicam a necessidade de melhorias na sua operacionalização. Observou-se, ainda, redução dos recursos aplicados no PAA nos últimos anos.

Palavras-chave: agricultura familiar; políticas públicas; segurança alimentar e nutricional.

ABSTRACT

The Food Acquisition Program (PAA) was established in 2003 in the context of the political agenda that was characterized by the fight against hunger, which later resulted in the institutionalization of the National System of Food and Nutrition Security

(Sisan) in 2006, and the National Policy on Food and Nutrition Security (PNSAN) in 2010. The objective of this work was to analyze the PAA in the Purchase with Simultaneous Donation Mode, elaborate the logical model to explain the underlying theory of this purchasing modality and carrying out a review of the results obtained in the studies already carried out on it. This study based on documentary content analysis using the ATLAS.ti program and a systematic literature review. The model elaborated allowed to synthesize the basic references of the Program, including the problems, objectives, interventions and intermediate and final results. The PAA is as a Structural Program within the PNSAN, because, besides fighting hunger directly, by donating food, its main objective is to use the purchasing power of the government to foster family agriculture, which would generate positive impacts on the productive matrix, promoting the sustainability of the agri-food system and inclusive rural development. In general, the results of the studies already carried out corroborate the hypotheses on which the Program based, indicating benefits to the farmers, their production and family quality of life, as well as the strengthening of cooperatives and associations of producers and entities receiving the products, thus contributing to the food security of the beneficiary suppliers and consumers. These studies also pointed out some difficulties that indicate the need for improvements in its operationalization. There has also been a reduction in the resources invested in the program in recent years.

Keywords: family agriculture; public policies; food security and nutrition.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta uma das maiores áreas agriculturáveis do mundo e, historicamente, consolidou-se como um dos maiores produtores mundiais de alimentos. A despeito desta vocação produtiva, até o final do século XX, a fome e a insegurança alimentar e nutricional (Insan) assolavam grande parte da população brasileira. Em todas as regiões do país, estima-se que cerca de 27,8% da população brasileira sofria com algum tipo de insegurança alimentar ou nutricional (Instituto Cidadania, 2001, p. 8) e cerca de 10,5% sofria de subnutrição entre 2000 e 2002, conforme o Indicador de Prevalência de Subalimentação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO – em inglês, Food and Agriculture Organization of United Nations) (FAO, 2014).

A agenda de combate à fome passou a ganhar força na pauta política brasileira nas últimas décadas, com a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em 2003, e a criação de políticas públicas voltadas especificamente para essa finalidade, o que viria a resultar na institucionalização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), em 2006, e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), em 2010.

A convergência dessa agenda com a agenda de desenvolvimento rural contribuiu para que o Brasil adotasse uma concepção abrangente de segurança alimentar e nutricional (SAN), que não se restringiu unicamente ao acesso ao alimento, mas também à sustentabilidade do sistema agroalimentar e à transformação da matriz produtiva (Grisa *et al.*, 2011). Este processo resultou na criação, ainda em 2003, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual inovou ao integrar, em uma só política, os objetivos de fomentar a agricultura familiar e de combater a Insan no país.

Embora tenha precedido à institucionalização da PNSAN, o PAA veio a consolidar-se posteriormente como um dos programas estruturantes mais relevantes no âmbito desta agenda, sendo que o histórico deste programa está diretamente relacionado ao processo que levou à instituição da política. Assim, como no caso do Sisan e da PNSAN, a concepção e a implantação do PAA contou com a participação popular, sendo acompanhada pelo Consea e por diferentes redes e fóruns de organizações da sociedade civil.

Este estudo teve como objetivo analisar o PAA e elaborar seu modelo lógico, com foco na modalidade compra com doação simultânea (CDS). O modelo lógico, ferramenta utilizada na análise e avaliação de políticas públicas, visa "organizar as ações componentes de um programa de forma articulada aos resultados esperados, apresentando também as hipóteses e as ideias que dão sentido à intervenção" (Cassiolato e Gueresi, 2010, p. 4). É instrumento que permite, de forma sintética, explicitar os fundamentos teóricos do programa, facilitando o planejamento, a comunicação e a tomada de decisão, além de gerar subsídios importantes para estruturar seu sistema de avaliação.

Para a realização deste estudo, foi feita análise do material institucional-legal e documental relativo ao PAA e revisão da literatura existente sobre o programa. A análise documental de conteúdo foi realizada com uso do programa ATLAS.ti. O método de análise utilizado para o estudo da teoria do programa e estruturação do modelo lógico baseou-se em Cassiolato e Gueresi (2010), Vedung (2017) e Brasil e Ipea (2018).

A revisão de literatura foi realizada por meio de busca ativa de trabalhos publicados nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO); Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Repositório de Universidades; Google Acadêmico; e documentos e publicações em portais do Ipea e do Ministério da Cidadania. O descritor utilizado para a busca foi a sequência de palavras: *programa de aquisição de alimentos*. As listas de referências bibliográficas dos trabalhos encontrados também foram revisadas, visando à identificação de outros trabalhos relacionados ao tema e que, eventualmente, não tivessem sido identificados pela busca eletrônica. Os dados sobre os montantes de compras realizadas pelo PAA foram disponibilizados pelo Ministério da Cidadania e também obtidos no sistema PAA Data.[1]

O texto está organizado em dez seções, iniciando-se por esta introdução. A segunda seção trata sobre a problemática da Insan no Brasil. A terceira seção apresenta o contexto histórico que levou à criação do PAA. A quarta seção trata sobre a institucionalização do Sisan. A quinta seção caracteriza o PAA, abordando seus objetivos, seus beneficiários, sua gestão e suas modalidades de execução. A sexta seção discorre sobre os instrumentos de intervenção utilizados pelo programa. Na sétima seção, é apresentada

1. Disponível em: <https://bit.ly/2MKvcBo>.

a análise da teoria do programa, incluindo o modelo lógico relacionado aos objetivos e às intervenções da modalidade CDS. A oitava seção apresenta a revisão dos resultados do PAA, com base nos estudos publicados sobre o programa. A nona seção apresenta a evolução dos recursos aplicados no PAA. Na última seção, são apresentadas as considerações finais do texto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO RELACIONADO À PROBLEMÁTICA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

A complexidade que envolve a problemática da fome enquanto fenômeno social, político, econômico, cultural e ambiental foi tratada com profundidade na obra de Josué de Castro, influente médico, considerado o patrono da segurança alimentar e nutricional no Brasil e proeminente ativista internacional em favor do direito humano à alimentação adequada (DHAA), sendo também um dos fundadores da FAO. Castro demonstrou que a questão da fome não se caracteriza como problema contingente e insolúvel do processo civilizatório, mas consiste em questão essencialmente política e de desigualdade social, que depende basicamente de decisões e ações políticas para que seja resolvido ou diminuído (Silva, 2010).

A garantia de SAN envolve a convergência de diversas estratégias de intervenção do Estado na sociedade, visando melhorar os sistemas agroalimentares, abrangendo os hábitos alimentares e de consumo, assim como as cadeias produtivas e a economia agrícola. Não somente a fome, mas também a obesidade, as doenças associadas à má alimentação e ao consumo de alimentos prejudiciais à saúde, bem como a ausência de condições econômicas que possibilitem o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, constituem causas que levam à Insan (Segall-Corrêa, 2007; FAO, 2013; Morais *et al.*, 2014; Trivellato *et al.*, 2019). Esta é um problema causado por vários fenômenos complexos que podem estar combinados de maneiras diversas, tais como a fome, a pobreza, a desnutrição e a obesidade.

Diversos fenômenos levam à Insan nas populações rurais; as condições de pobreza, baixa escolaridade e baixo desenvolvimento agrário constituem os fatores que mais contribuem para esta situação de violação do DHAA (Morais *et al.*, 2014; Trivellato *et al.*, 2019). Por essa razão, as populações rurais têm sido consideradas como as mais vulneráveis à Insan no Brasil (Mondini *et al.*, 2011; Vianna, 2008; Segall-Corrêa, 2007;

Nobre *et al.*, 2009; Nascimento *et al.*, 2012; FAO, 2013; Aquino *et al.,* 2014; Almeida *et al.*, 2017). Historicamente, a exclusão dos agricultores familiares do acesso às políticas públicas de fomento agrícola no Brasil tem sido associada à persistência da fome e da pobreza no meio rural (Assis, Priore e Franceschini, 2017). Observa-se, porém, que não somente a falta de acesso a essas políticas, como também o acesso a políticas inadequadas ou insuficientes para garantir o desenvolvimento sustentável deste segmento produtivo contribuíram para o agravamento do problema.

Entre outros fatores, a Insan na área rural tem sido associada ainda à especialização da produção voltada ao mercado externo. Uma das críticas feitas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por exemplo, é que ele tem contribuído para fortalecer o modelo de desenvolvimento rural que prioriza a monocultura, o que reduz a diversidade da produção para o abastecimento interno, tornando, muitas vezes, os agricultores familiares dependentes dos mercados para comprar seus alimentos, em vez de produzi-los (Gazolla, 2004).

A diversidade da produção familiar compreende as diversas formas de renda, de atividades e de produção existentes nas unidades familiares rurais – associa fatores como produção, consumo e comercialização e se baseia nos diferentes alimentos e demais produtos das famílias, para serem consumidos ou comercializados (Schneider, 2010). A diversificação produtiva melhora a renda à medida que uma variedade maior de produtos pode ser comercializada, reduzindo os riscos de perdas por problemas climáticos ou ambientais, queda temporária nos preços no mercado de determinados produtos e sazonalidade, além de outros fatores externos (Ellis, 2000). Reduz, assim, os riscos de Insan, com maior possibilidade de uso da produção para o autoconsumo.

A Insan também está associada ao(à) sobrepeso/obesidade e a doenças crônicas (Conti, 2009; Nobre *et al.*, 2009). As distintas explicações para a associação entre a insegurança alimentar e o excesso de peso apontam para soluções diferentes. A educação alimentar e nutricional, frequentemente citada como ação prioritária para o enfrentamento do excesso de peso, só terá efeito se aliada a outras políticas que visem a: *i*) melhorar a oferta e o acesso a alimentos saudáveis; *ii*) regular a publicidade de alimentos com alto teor de açúcar e gordura e criar ambientes promotores da alimentação saudável; *iii*) garantir a alimentação adequada na gravidez e na primeira infância; e *iv*) diminuir a Insan nos domicílios em situação de estresse psicossocial (FAO, 2014). Dados mais recentes divulgados pela ONU mostraram que a obesidade e o sobrepeso continuam

aumentando nos países da América Latina e do Caribe, convivendo com taxas ainda relevantes de desnutrição. O preço dos alimentos é citado como o fator preponderante que limita o acesso das populações mais pobres à alimentação saudável (FAO e Opas, 2017).

3 CONTEXTO HISTÓRICO QUE LEVOU À CRIAÇÃO DO PAA

Sob influência dos estudos de Josué de Castro, foi lançada no Brasil, na década de 1990, a campanha que ficou conhecida como *Ação da cidadania contra a fome e a miséria e pela vida*, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza. Esta campanha inseriu a questão da fome na agenda política no período de democratização, estabelecendo as bases políticas e sociais para uma concertação política nacional em torno da problemática e do papel do Estado e da sociedade, com o objetivo de resolvê-la por meio de políticas públicas.

Paralelamente a essas discussões sobre a fome, outro campo de debates e disputas políticas se estabelecia em torno das questões relacionadas ao desenvolvimento agrário e à luta dos agricultores familiares por reconhecimento, enquanto categoria produtiva, e por políticas públicas adequadas e específicas para o fomento à sua produção. Os primeiros estudos com dados sobre a produção agrícola familiar no Brasil, realizados ainda nas décadas de 1980 e 1990, mostraram que, embora houvesse elevado número de estabelecimentos nesta categoria (85,2%), eles ocupavam percentual bem menor das terras (30,5%) e do valor bruto da produção (37,9%) (FAO e Incra, 1995; 2000).

Ao tempo em que atestaram a grande representatividade da agricultura familiar entre os produtores rurais brasileiros, esses estudos apontaram para as deficiências e as carências existentes nesse segmento produtivo, reflexo das fortes desigualdades observadas no meio rural brasileiro. Os diagnósticos mostravam que os agricultores familiares tinham grandes dificuldades para acessar os instrumentos da política agrícola, como o crédito e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sendo fortemente afetados pelas sucessivas crises que vinham atingindo a agricultura brasileira, agravadas pelo processo de abertura comercial e desregulamentação dos mercados. À margem da proteção e dos incentivos dados pelo governo para o desenvolvimento do setor, esses agricultores respondiam por grande parte da pobreza rural brasileira.

Nos primeiros anos da década de 1990, ainda não existiam políticas públicas, de abrangência nacional, que beneficiassem as demandas de agricultores familiares ou atendessem a estas. As políticas existentes, até então, apresentavam características que acabavam por excluir essa categoria, acarretando assimetrias relacionadas ao desenvolvimento rural do país (Zimmermann, 2008). Tais políticas partiam de equivocada premissa de que os desequilíbrios gerados por programas desenvolvimentistas setorizados seriam sanados pelo progresso industrial, o que acabaria refletindo no meio rural, provocando desenvolvimento (Santos *et al.*, 2012).

Diante desse cenário, intensificou-se a pressão dos movimentos sociais rurais, os quais reivindicavam a criação de instrumentos de política agrícola voltados especialmente para a agricultura familiar. Este movimento resultou na criação, em 1996, do Pronaf, programa de crédito subsidiado voltado para o fomento a esse tipo de produção. A oferta de crédito, porém, apesar de muito importante, não se mostraria suficiente para garantir a sustentabilidade da produção agrícola familiar. Era preciso garantir o acesso desses agricultores a outros instrumentos de política agrícola capazes de promover a sustentação de preços, a garantia de mercado e a qualificação da produção. Assim, temas como assistência técnica, PGPM, seguro e outros passaram também a compor as reivindicações desses movimentos, principalmente a partir dos anos 2000 (Müller, 2007).

No que se refere à comercialização agrícola, os programas criados ainda na década de 1980 apresentavam o foco em grandes mercados. Porém, a produção local, ou também chamada de "pequena produção", não alcançava escala suficiente para atingir a competitividade necessária. Portanto, a ideia de que grandes mercados, em grandes centros, seriam importante canal de comercialização para o escoamento da produção da agricultura familiar, não obteve sucesso (Delgado, 2010; Grisa e Schneider, 2015).

Como aponta Schneider (2016), a comercialização dos produtos da agricultura familiar é favorecida quando o agricultor interage diretamente com seus mercados, por meio de cadeias curtas, que apresentam natureza distinta dos grandes mercados tradicionais. Além disso, sua produção revela diferentes possibilidades de escoamento – ela pode apresentar como destinação o autoconsumo, as trocas diretas, as feiras do produtor, as agroindústrias, a venda para mercados governamentais ou, ainda, a *fair trade*.[2]

2. "Exigem requerimentos específicos em relação à natureza dos produtos ou a forma de produção" (Schneider, 2016, p. 116).

As discussões acerca do fomento à comercialização passaram, então, a enfocar o desenvolvimento dos mercados locais, abrangendo a ampliação da relação direta entre consumidor e produtor, a adaptação da produção às características locais de consumo e o apoio tanto de governos quanto de instituições locais para o escoamento dos produtos (Grisa e Schneider, 2015).

A convergência dessas discussões com o debate sobre soberania e segurança alimentar criou condições que facilitaram a implementação de programas públicos de apoio à comercialização. Uma contribuição nesse sentido veio em 2003, com a criação do Programa Fome Zero (PFZ), que se tornou a principal política da área social de governo desse período, quando o país passou a investir de forma mais articulada na criação, na implementação, na ampliação e no acompanhamento de políticas e programas governamentais voltados a essa questão. Entre as ações estratégicas e estruturantes do PFZ, destaca-se o PAA (Silva, Grossi e França, 2010).

Devido à necessidade de se minimizar problemas relacionados ao endividamento dos agricultores familiares, foi sancionada, em 2 de julho de 2003, a Lei nº 10.696, que "Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências" (Brasil, 2003). O PAA foi instituído pelo art. 19 desta lei, com o objetivo de criar demanda institucional capaz de estruturar a produção dos agricultores familiares, por meio de garantia de mercado, suprindo, assim, lacuna que aumentava os riscos de inadimplência para o tomador de crédito. Portanto, os problemas relacionados à carência de políticas públicas estruturantes para a agricultura familiar podem ser considerados a principal motivação para a concepção do PAA, os quais pesaram tanto na decisão política de criar o programa, como na formulação inicial dos seus instrumentos.

Além de outros benefícios, o PAA é responsável por promover canal de comercialização importante para produtores e se mostra imprescindível para a melhoria de processos produtivos e organizacionais. Isso porque o programa garante acesso regular ao mercado e proporciona o fortalecimento das capacidades produtivas por meio de compras pelo poder público e preços pré-fixados de produtos (Ferreira e Cruz, 2013; Dias e Rocha, 2015; Conceição *et al.*, 2016; Santos *et al.*, 2012), conforme será abordado mais detalhadamente nas seções seguintes.

4 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O processo que viria a resultar na instituição do Sisan começou a se fortalecer na esfera governamental a partir de 2003, quando a temática da SAN passou a ser prioridade nas políticas da área social. Os debates promovidos no âmbito do recriado Consea ajudaram a trabalhar o conceito de SAN e DHAA no Brasil e a moldar as principais políticas e programas de governo implementados, desde então, com esta finalidade.

Em 2004, as principais políticas sociais do governo nessa temática foram reunidas em um único ministério, com a criação do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que surgiu da unificação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), do Ministério da Assistência Social e da Secretaria do Programa Bolsa-Família, anteriormente vinculada à Presidência da República (PR). O MDS foi responsável pela implementação das políticas relacionadas à SAN no Brasil, entre as quais o PAA, até o início de 2019, quando foi criado o Ministério da Cidadania.

Em 2006, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), Lei nº 11.346, de 11 de setembro de 2006, instituiu o Sisan. A Losan é a carta dos princípios, diretrizes e regras do Sisan, com vistas a assegurar o DHAA e promover a SAN no Brasil. O Sisan é um sistema público que reúne diversos setores de governo em órgãos intersetoriais, como a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e as instâncias de participação social, como a Conferência Nacional de SAN e o Consea. Para cada instância, estão previstos componentes federais, estaduais, distritais e municipais.

A instituição da Losan significou o reconhecimento da importância do tema e a afirmação do compromisso do Estado brasileiro com a realização do DHAA, criando sistema público para integrar os planos e as políticas voltados para esse fim. O §2º do art. 2º desta lei reafirmou as obrigações de respeitar, proteger, promover e prover o DHAA, bem como explicitou outras obrigações relacionadas a estas, tais como: informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização desse direito.

O Sisan é o sistema público que tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento

e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do país. O sistema possibilita a gestão intersetorial e participativa e a articulação entre os entes federados, para a implementação das políticas promotoras da segurança alimentar e nutricional, numa perspectiva de complementaridade e otimização das potencialidades de cada setor, bem como entre governo e sociedade civil. O sistema se materializa nas instâncias que o constituem nas três esferas (Conferência Nacional de SAN, Consea, Caisan, Lei de SAN e Plano de SAN) e nas políticas públicas de SAN, que consubstanciam elementos basilares de sua estrutura.

As estruturas organizacionais do Sisan estão hoje institucionalizadas em modelo que descentraliza a gestão em direção aos níveis estaduais e municipais, bem como estabelece as responsabilidades de cada ente federado e de todos os atores sociais envolvidos. Por meio desse sistema federativo descentralizado, os órgãos governamentais (municipais, estaduais e federais) e as organizações da sociedade civil devem atuar em conjunto na formulação e na implementação de políticas, planos, programas e ações, com vistas a promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população e a realização progressiva do DHAA.

A publicação do Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, instituiu a PNSAN e estabeleceu os parâmetros para a elaboração do primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), no período 2012-2015. A Resolução nº 4 da Caisan – que aprovou seu regimento interno, em 14 de dezembro de 2010 – e a estruturação da sua Secretaria Executiva, em fevereiro de 2011, também permitiram desencadear o processo de regulamentação da adesão dos estados, do Distrito Federal e dos municípios ao Sisan. Assim, a Caisan, por meio de processo de consulta ao Consea, aprovou no seu Pleno Ministerial, composto por dezenove ministérios, o Plansan 2012-2015, que integrou dezenas de ações do conjunto destes órgãos voltadas para a produção, a distribuição e o acesso aos alimentos, bem como para o fortalecimento da agricultura familiar, o abastecimento alimentar e a promoção da alimentação saudável e adequada em todo o território nacional. Atualmente, está em vigência o segundo Plansan, 2016-2019, lançado em fevereiro de 2017.

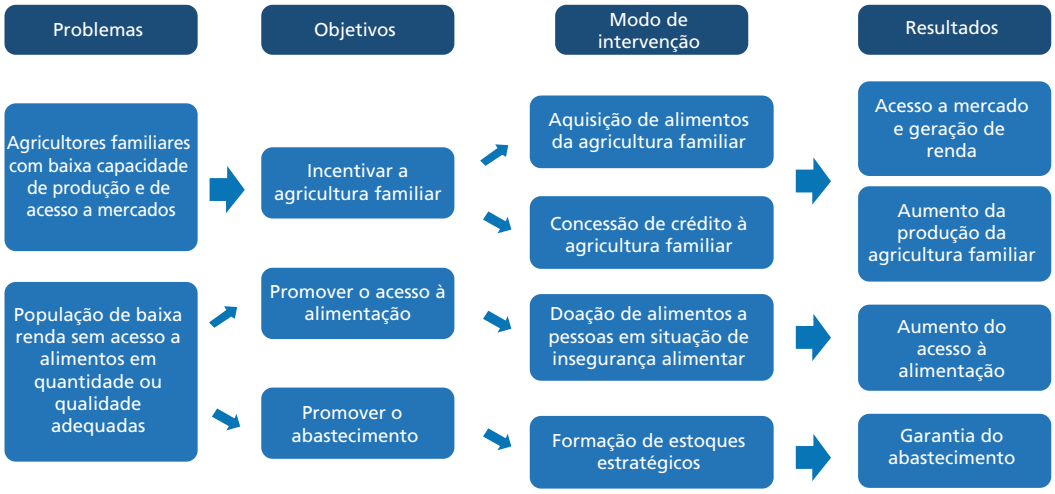
Com a reforma ministerial promovida pela Medida Provisória (MP) nº 870, de 1º de janeiro de 2019, o Ministério da Cidadania, por intermédio da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, tem a competência de implementar a PNASAN e apoiar a estruturação e a implementação do Sisan, de forma coordenada com a Caisan.

5 CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

A lei que criou o PAA (Lei nº 10.696/2003) definiu como finalidade do programa o incentivo à agricultura familiar. Entretanto, a partir do detalhamento das suas ações, em que se explicita que o programa compreende "ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos" (Brasil, 2003, art. 19, *caput*, revogado), podem-se considerar outros dois objetivos implícitos; quais sejam, promover o acesso à alimentação adequada para pessoas em situação de Insan e promover o abastecimento alimentar por meio da formação de estoques estratégicos.

Observa-se, assim, que a redação original da lei que criou o PAA trouxe implícita a existência de três objetivos iniciais, os quais, embora estejam relacionados sob uma perspectiva mais ampla de SAN, são diferentes em essência, na medida em que implicam diferentes beneficiários e instrumentos de política. A figura 1 apresenta modelo lógico simplificado do programa em sua concepção original, com os principais problemas que motivaram sua criação, bem como seus objetivos, modos de intervenção e resultados esperados.

FIGURA 1
Modelo lógico simplificado do PAA em sua concepção original



Fonte: Brasil (2003).
Elaboração dos autores.

O Decreto nº 7.775, instituído em 4 de julho de 2012, regulamentou o art. 19 da Lei nº 10.696/2003, que instituiu o PAA, e o Capítulo III da Lei nº 12.512/2011, que também trata sobre o programa. Este decreto, além de regulamentar as ações e os

procedimentos relacionados à operacionalização do PAA, redefiniu suas finalidades, seus beneficiários e suas modalidades.

Além dos objetivos originais, previstos na lei que criou o PAA, novos objetivos foram estabelecidos a partir do Decreto nº 7.775/2012, o qual definiu em sua redação nove finalidades para o programa (box 1). Algumas finalidades se relacionam a objetivos que já estavam explícitos ou implícitos na redação da lei original, como: *i*) incentivar a agricultura familiar; *ii*) promover o acesso à alimentação; e *iii*) promover o abastecimento. Outras finalidades dizem respeito a objetivos que não foram definidos originalmente na criação do programa, sendo adicionados com sua evolução, quais sejam: *i*) incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; *ii*) fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização; *iii*) promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; *iv*) incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e *v*) estimular o cooperativismo e o associativismo. O decreto definiu, ainda, como finalidades do programa: *i*) constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; e *ii*) apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar. Estas duas finalidades dizem respeito à formação de estoques estratégicos, estratégia já prevista nas ações do programa em sua lei original, estando mais relacionada à forma de atuação do PAA do que aos seus objetivos finalísticos.

BOX 1
Finalidades do PAA estabelecidas no Decreto nº 7.775/2012

1. Incentivar a agricultura familiar, promovendo sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda.
2. Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar.
3. Promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável.
4. Promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos.
5. Constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares.
6. Apoiar a formação de estoques por cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar.
7. Fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.
8. Promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional.
9. Estimular o cooperativismo e o associativismo.

Fonte: Brasil (2012).
Elaboração dos autores.

O programa apresenta dois tipos de beneficiários: *i*) beneficiários consumidores – ou seja, indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição e pela rede pública e filantrópica de ensino; e *ii*) beneficiários fornecedores, que consistem em público apto a fornecer alimentos ao PAA; quais sejam, os agricultores

familiares e todos os beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Existem, também, critérios de priorização para agricultores de baixa renda, mulheres, produtores de alimentos orgânicos ou agroecológicos, povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária.

Além de ter diferentes objetivos e beneficiários, o PAA foi desenhado para operar por meio de diversas modalidades de atuação, constituindo diferentes instrumentos de política, implementados, também, por operadores distintos (quadro 1).

QUADRO 1
Modalidades do PAA

Modalidade	Descrição	Função da política	Executor	Fonte de recursos	Acesso dos agricultores
Compra direta	Aquisição de uma carteira de produtos diretamente de agricultores	Política de fomento agrícola	Conab	MDS[1] ou MDA[2]	Cooperativa e associação
Formação de estoque	Crédito concedido a organizações de produtores para formação de estoques	Política de fomento agrícola	Conab	MDA[2]	Cooperativa e associação
Compra com doação simultânea	Aquisição de alimentos com pronta disponibilização para doação a entidades da rede socioassistencial e equipamentos de SAN (Epsan)	Política de fomento agrícola e política de subvenção ao consumo	Conab, estados e municípios	MDS[1]	Individual, cooperativa, associação e grupo informal
PAA-Leite	Compra de leite para doação a famílias carentes em estados da região semiárida	Política de fomento agrícola e política de subvenção ao consumo	Governos estaduais	MDS[1]	Individual, cooperativa, associação e grupo informal
PAA- Sementes	Aquisição de sementes de culturas alimentares para doação a agricultores familiares carentes	Política de fomento agrícola	Conab	MDS[1]	Cooperativa e associação
Compra institucional	Aquisição de alimentos para abastecimento do consumo regular de instalações da administração pública	Política de fomento agrícola	Ente interessado	Ente interessado	Cooperativa e associação

Fonte: Sambuichi *et al*. (2014).
Elaboração dos autores.
Nota(s): [1]Atual Ministério da Cidadania.
[2]Antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário cujas funções foram atualmente absorvidas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento- MAPA.

Observa-se que todas as modalidades cumprem a função de política de fomento agrícola, visto que visam ao objetivo de fomento à agricultura familiar. Algumas modalidades, entretanto, apresentam também a função de política de subvenção ao consumo. Estas últimas se constituem nas modalidades de atuação realmente novas trazidas pelo PAA, ao combinar instrumentos de política agrícola com instrumentos de política de subvenção ao consumo em uma mesma modalidade. As demais podem ser consideradas adaptações dos instrumentos de política agrícola comercial preexistentes, embora também sejam inovadoras ao adaptar esses instrumentos para torná-los mais acessíveis à agricultura familiar.

Os múltiplos objetivos e modos de atuação do PAA deram a este característica multissetorial, o que levou à necessidade de criar-se um grupo gestor interministerial (Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – GGPAA), responsável por sua gestão. A gestão intersetorial demanda capacidade de articulação permanente entre órgãos nas três esferas de governo e nas unidades federativas (UFs). Em cada modalidade, existe um núcleo central, com coordenação e diretrizes para operacionalização pelas esferas descentralizadas.

O funcionamento do PAA depende, portanto, do envolvimento de diferentes atores, a fim de ampliar a escala e a capilaridade do programa, sendo importante a existência de relacionamentos bem coordenados entre estes atores, com agentes locais engajados na sua execução. Os variados arranjos e formas de execução possibilitam flexibilidade e capacidade de adequação a diversas realidades, requisitos fundamentais para a articulação da oferta e do consumo de alimentos na heterogeneidade dos arranjos produtivos que caracterizam as diferentes regiões brasileiras.

Para acessar o programa, os beneficiários fornecedores precisam ter o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), sendo a última o cadastro que permite o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas voltadas para este segmento. Atualmente, a DAP está sendo substituída pelo Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), ainda em implantação.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), devido à sua atribuição como operadora da política agrícola comercial e de abastecimento no Brasil, tornou-se, também, a principal operadora do PAA na sua origem. A participação da companhia foi, inclusive, muito importante na própria concepção do programa e na definição dos instrumentos desenhados para sua operacionalização. Além da Conab, o PAA é operado atualmente por estados e municípios, por meio de termo de adesão firmados com o Ministério da Cidadania.

6 INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO DO PROGRAMA

O principal instrumento de intervenção governamental previsto no PAA é a aquisição de alimentos, instrumento que, inclusive, deu o nome ao programa. Portanto, a ideia fundamental para a concepção do PAA foi usar o poder de compra governamental, com o objetivo de fomentar a agricultura familiar por meio da geração de demanda e de canal de comercialização para seus produtos (Sambuichi *et al.*, 2014).

A lei que criou o PAA se valeu de mecanismo importante para viabilizar esse tipo de intervenção governamental voltado à agricultura familiar: a dispensa de licitação. O processo licitatório é obrigatório para a realização de compras públicas no país, conforme previsto no art. 37, XXI, da Constituição Federal (CF) brasileira, com ressalvas para os casos previstos em legislação. As compras governamentais de alimentos para a formação de estoques públicos era prática já utilizada anteriormente no âmbito da política agrícola comercial. Entretanto, em geral, as exigências burocráticas relativas aos processos licitatórios não permitiam o acesso dos agricultores familiares a esse tipo de intervenção.

A forma de definição dos preços era também outro problema que dificultava o acesso dos agricultores familiares aos instrumentos da política agrícola comercial. Nos instrumentos tradicionais, os preços são voltados para um público de grandes produtores, com definição subjugada ao Conselho Monetário Nacional. O PAA inovou ao dar autonomia ao seu grupo gestor para adequar as metodologias de cálculo dos preços à realidade produtiva da agricultura familiar e a suas diferenças regionais, de forma a permitir o acesso justo dos agricultores familiares a essa política (Delgado, Conceição e Oliveira, 2005). Compreende-se, portanto, que uma das principais inovações trazidas pelo PAA foi a de criar mecanismos para permitir o acesso dos agricultores familiares aos instrumentos da política agrícola de preços e de abastecimento, o que viria a complementar a atuação do Pronaf no fomento a esse segmento produtivo.

Outro instrumento de intervenção importante no programa é a doação de alimentos. Este modo de intervenção governamental, tipificado como instrumento de subvenção ao consumo, está mais diretamente ligado à política de SAN e tem como beneficiárias as pessoas em situação de Insan. A presença deste tipo de intervenção no PAA deu mais sustentação à inserção do programa no âmbito das ações do PFZ e, posteriormente, da PNSAN. Por essa razão, embora o PAA tenha forte viés de política agrícola e agrária, estando inclusive no Plano Safra da Agricultura Familiar, sua maior fonte de recursos vem das ações orçamentárias que visam à segurança alimentar.

Na sua criação, o PAA apresentava ainda outro instrumento de intervenção: a concessão de crédito subsidiado por meio de compra antecipada, com emissão de Cédula de Produto Rural (CPR), liquidável em espécie ou em produto. Diferentemente da aquisição direta, na qual o pagamento é realizado após a entrega dos produtos, este tipo de intervenção financiava a produção do agricultor, antecipando o recurso que seria obtido com sua comercialização. Era um tipo de crédito não bancário que já existia na política agrícola comercial brasileira, operado pela Conab e respaldado pela Lei dos

Preços Mínimos (Decreto-Lei nº 69/1966). A criação do PAA permitiu o acesso dos agricultores familiares a este tipo de intervenção, a qual era dificultada pelas mesmas razões que impediam o acesso deste segmento agrícola às aquisições do governo e à política agrícola comercial em geral (Delgado, Conceição e Oliveira, 2005).

A principal modalidade do PAA como instrumento de crédito foi a compra antecipada – CPR alimentos, operada pela Conab e extinta a partir de 2005, devido a dificuldades para sua adequada operacionalização. Assim, o instrumento de concessão de crédito continuou a funcionar no PAA apenas por meio da modalidade compra antecipada especial – CPR estoque, posteriormente denominada formação de estoque, a qual financia capital de giro para as organizações da agricultura familiar poderem remunerar o agricultor no momento da entrega dos produtos e esperar para vender com melhores preços, por meio do ganho de escala obtido com a formação de estoques e/ou da agregação de valor obtida com o beneficiamento da produção.

O quarto instrumento de intervenção incluído originalmente no PAA é a formação de estoques estratégicos, previsto na lei que criou o programa. A formação de estoques públicos de alimentos é instrumento da política agrícola comercial que visa à regulação de preços e à garantia de abastecimento. No caso do PAA, a utilização deste instrumento se dá principalmente com o objetivo de sustentar preços de alguns produtos da agricultura familiar, sendo que o objetivo de garantir o abastecimento da população pode ser compreendido como objetivo mais marginal, ou indireto, no programa. Outra função desse instrumento no PAA é o de promover o acesso ao alimento às pessoas em situação de Insan, pois, conforme a lei determinou, os recursos arrecadados com a venda de estoques estratégicos devem ser integralmente destinados às ações de combate à fome e à promoção da segurança alimentar.

7 MODELO LÓGICO DA MODALIDADE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA

A modalidade CDS se constitui na principal modalidade de intervenção do PAA e atende aos dois principais objetivos do programa: incentivar a agricultura familiar e promover o acesso à alimentação adequada a pessoas em situação de Insan. Esta modalidade articula a produção da agricultura familiar com as demandas locais das populações em situação de risco alimentar, atendidas pela rede de proteção social. Promove, ainda, a compra de produtos alimentares perecíveis e semiperecíveis diretamente dos

agricultores ou de suas organizações e faz a doação às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de SAN e, em condições específicas, à rede pública e filantrópica de ensino, em atendimento às demandas locais de suplementação alimentar dos programas sociais municipais. Esta modalidade, portanto, atende aos dois tipos de beneficiários do programa: os consumidores e os fornecedores.

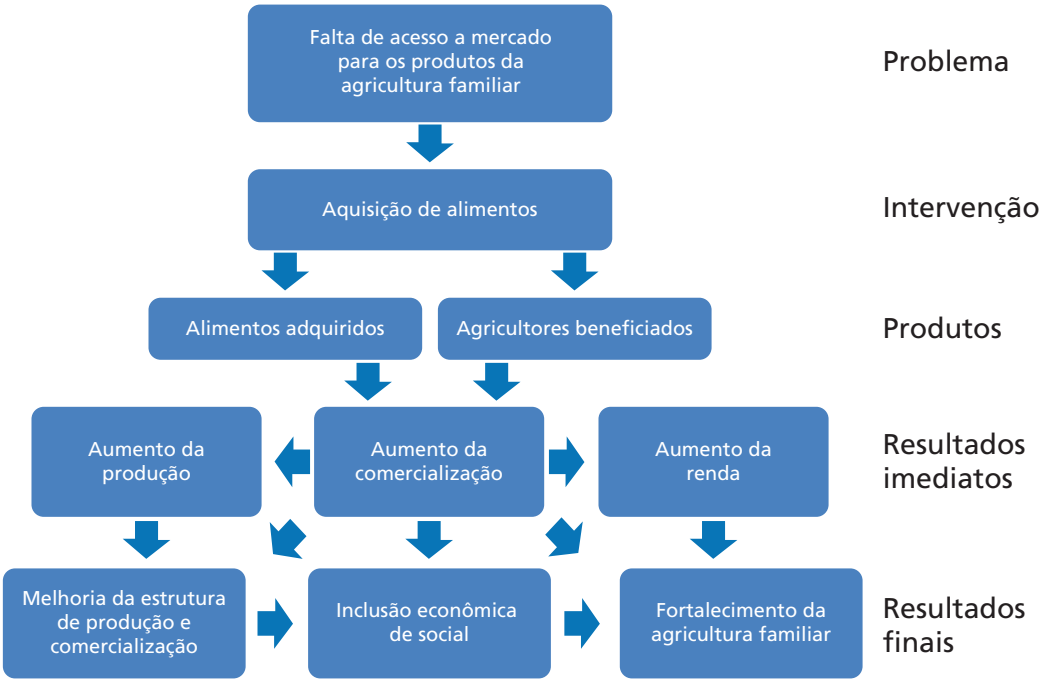
Para a finalidade de incentivar a agricultura familiar, a principal forma de intervenção do PAA-CDS é a aquisição de alimentos. Esta intervenção está baseada no pressuposto de que um dos gargalos para o fortalecimento da agricultura familiar é a dificuldade de acesso a mercado adequado para a comercialização dos seus produtos. Portanto, o PAA-CDS baseia-se na hipótese de que, ao garantir a comercialização e o preço dos produtos, o programa será capaz de incentivar a agricultura familiar. Outras hipóteses que se desdobram a partir dessa hipótese principal, com base nas finalidades do programa explicitadas no texto do Decreto nº 7.775/2012, sugerem que a garantia de comercialização será capaz de: *i*) gerar renda para os agricultores, o que se daria com o aumento da produção, da comercialização e de processamento e industrialização dos produtos; *ii*) promover a inclusão econômica e social dos agricultores – ou seja, fazer com que os agricultores excluídos dos processos econômicos e sociais possam se estruturar para ter acesso a mercados, bens, serviços e outras políticas públicas; *iii*) incentivar a produção com sustentabilidade, o que, na amplitude do conceito de desenvolvimento sustentável, implicaria produção com menor impacto ambiental, socialmente inclusiva, mais saudável e economicamente viável em longo prazo; *iv*) estimular o cooperativismo e o associativismo; e *v*) fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

Essas hipóteses levam aos seguintes resultados esperados: *i*) aumento da renda dos agricultores que tiverem acesso ao programa, por meio do aumento da produção, da comercialização e/ou de processamento e industrialização dos produtos; *ii*) aumento do acesso a mercados, bens, serviços e outras políticas públicas por parte dos agricultores que tiverem acesso ao programa; *iii*) melhoria da sustentabilidade da produção dos agricultores que tiverem acesso ao programa; *iv*) fortalecimento de associações e cooperativas ligadas a agricultores que tiverem acesso ao programa; e *v*) fortalecimento de circuitos locais e regionais e redes de comercialização nas localidades em que houver a atuação do programa. Com esses resultados, espera-se que haja o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável nas localidades nas quais o programa atua.

A figura 2 esquematiza o modelo lógico em que se baseia a intervenção de aquisição de alimentos, partindo do problema que deu origem à intervenção até os resultados

finais esperados. A sequência lógica supõe que a criação de novo canal de comercialização com preços adequados teria o efeito direto de aumentar a comercialização dos produtos e, com isso, os agricultores teriam mais estímulos para produzir e vender mais e elevar sua renda. Com o aumento da renda, esses agricultores passariam a ter mais acesso a bens e serviços, o que promoveria sua inclusão econômica e social e o fortalecimento da agricultura familiar.

FIGURA 2
Modelo lógico do PAA-CDS para a intervenção *aquisição de alimentos*



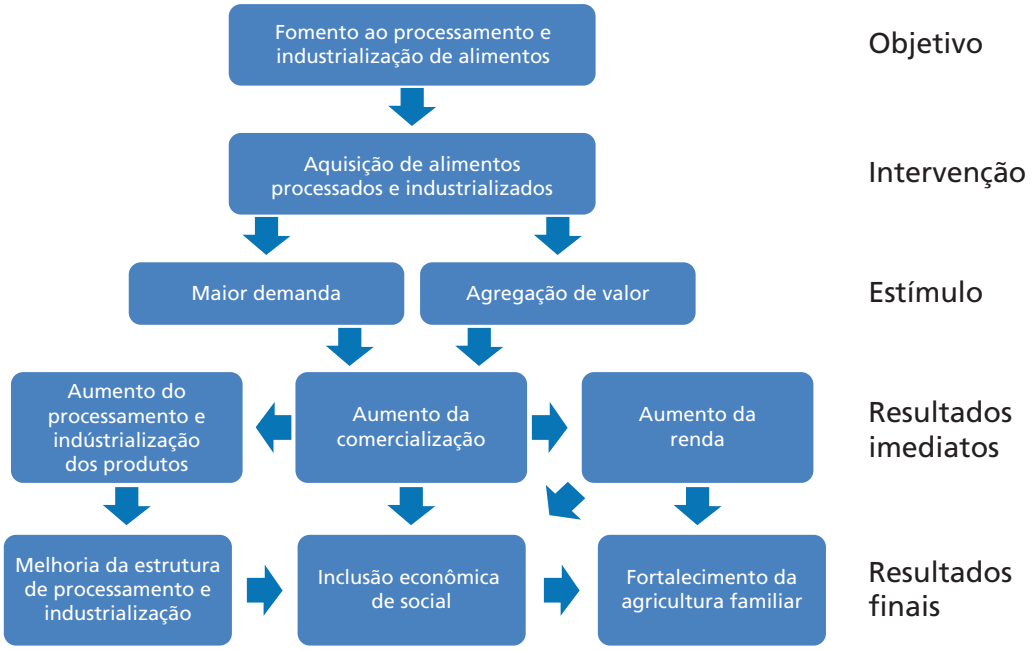
Elaboração dos autores.

Para que haja os efeitos de aumentar o processamento e a industrialização dos produtos, melhorar a sustentabilidade ambiental da produção e fortalecer o associativismo e o cooperativismo, porém é necessário mais do que simplesmente a criação de novo canal de comercialização, é preciso que as aquisições tenham características que favoreçam ou estimulem esses comportamentos por parte do agricultor.

O estímulo para o processamento e a industrialização de alimentos pode se dar pela maior demanda por esses produtos e/ou pela compra com preços mais elevados em relação aos produtos não processados (figura 3). É importante destacar que as

denominações "processamento" e "industrialização" devem ser entendidas aqui como agroindústria rural, pequena indústria familiar ou indústria familiar rural, que agregam valor à produção dos agricultores familiares, além de gerar renda, contribuir com a segurança e a soberania alimentar e fortalecer os vínculos culturais alimentares relacionados ao território (Ribeiro *et al.*, 2007).

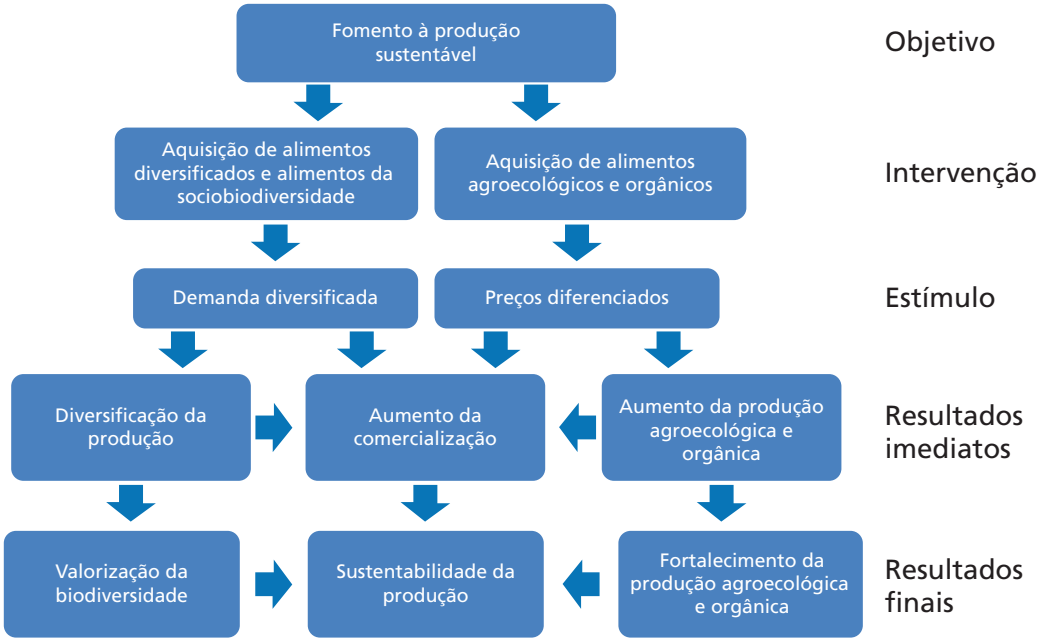
FIGURA 3
Modelo lógico do PAA-CDS relacionado ao objetivo de fomentar o processamento e a industrialização de alimentos



Elaboração dos autores.

O fomento à sustentabilidade ocorre pelo incentivo à produção agroecológica e/ou orgânica, por meio de preços diferenciados, ou pelo estímulo à diversificação da produção e à aquisição de produtos da sociobiodiversidade (figura 4). A diversificação pode ser induzida diretamente por meio de demanda diversificada por produtos, ou ser estimulada simplesmente pela absorção da oferta já diversificada de produtos feita pelos próprios agricultores, como foi observado inicialmente na modalidade CDS (Sambuichi *et al.*, 2014).

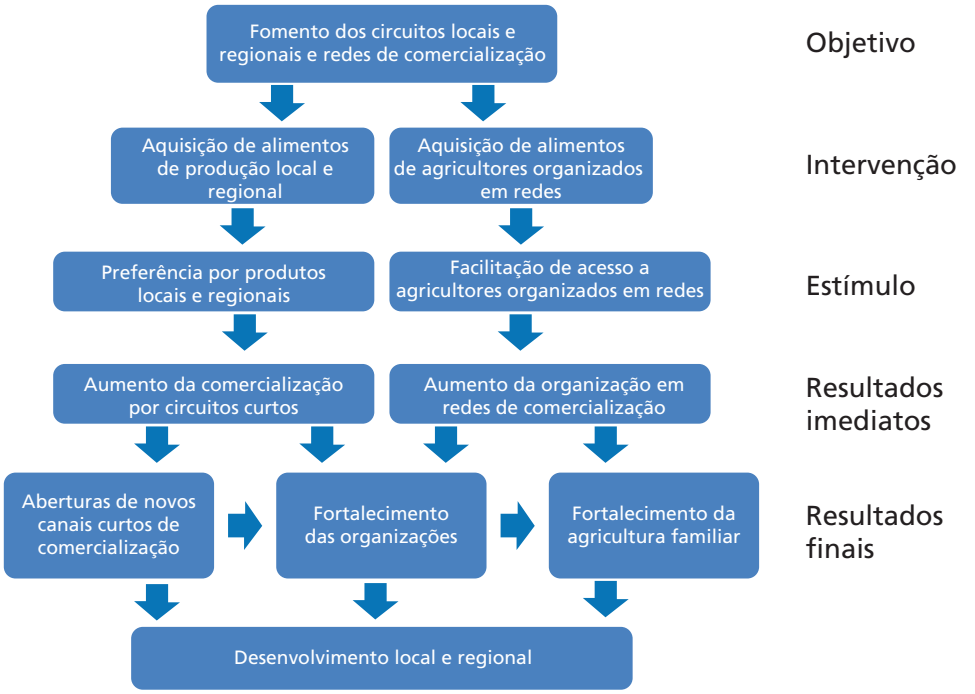
FIGURA 4
Modelo lógico do PAA-CDS relacionado ao objetivo de fomentar a produção sustentável



Elaboração dos autores.

O fortalecimento dos circuitos locais e regionais e redes de comercialização ocorre quando existe preferência de aquisição, por parte do programa, de produtos locais ou regionais, ou maior facilidade de acesso para agricultores organizados em redes de comercialização. Além disso, poderia haver também efeito indireto sobre esses circuitos, com o fortalecimento das organizações da agricultura familiar e a abertura de novos canais curtos de comercialização para os agricultores. Essas ações podem ter como resultado final a promoção do desenvolvimento local e regional (figura 5).

FIGURA 5
Modelo lógico do PAA-CDS relacionado ao objetivo de fortalecimento dos circuitos locais e regionais e redes de comercialização



Elaboração dos autores.

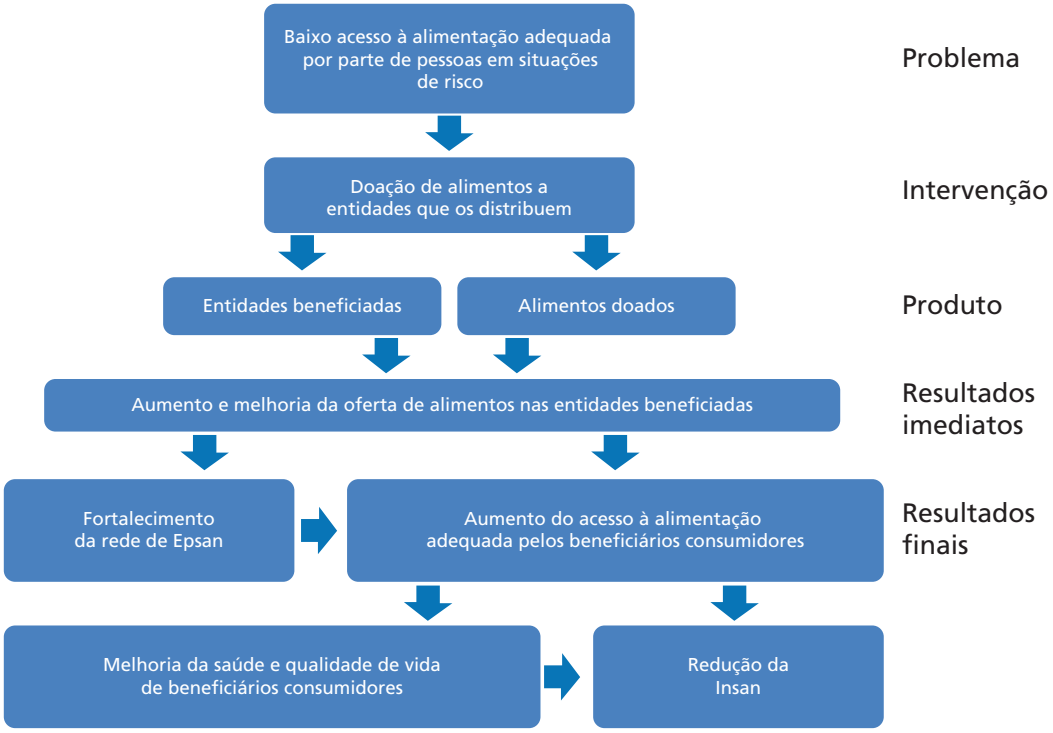
O estímulo ao cooperativismo e associativismo está relacionado ao fortalecimento das organizações da agricultura familiar e pode se dar de maneira direta ou indireta. No caso das compras operadas pela Conab, o estímulo é feito pela exigência de acesso ao programa por meio das organizações de produtores e pela concessão de limite maior de valor de vendas para o PAA por beneficiário fornecedor, o que, além de fortalecer as organizações, estimula os agricultores a que se organizem para poder vender ao programa. No caso dos outros executores, o estímulo pode ocorrer de maneira indireta, pois o fato de os agricultores estarem organizados facilita a obtenção dos meios para acessar o programa.

As hipóteses e as intervenções propostas no PAA-CDS para incentivar a agricultura familiar têm implícita a premissa de que, ao propiciar aos agricultores um novo canal de comercialização, eles já teriam condições suficientes para produzir e gerar renda. Porém, sabe-se que os agricultores precisam também de outras condições para poder produzir, como acesso a conhecimento, acesso a recursos financeiros para a compra de insumos, acesso à terra, acesso à água etc. Para suprir essas possíveis carências, outras políticas e programas governamentais foram desenhados, como a Política Nacional de

Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), o programa de crédito do Pronaf, o programa de reforma agrária, o programa de cisternas etc. Um risco importante associado é que grande parte do público-alvo do PAA, principalmente os agricultores de mais baixa renda, apresenta essas outras carências, e, portanto, para que o PAA possa atingir seus objetivos, é preciso que essas outras políticas e programas estejam sendo implementados e alcancem seus objetivos.

Em relação à segunda e importante problemática que deu origem ao PAA-CDS, a necessidade de garantir acesso à alimentação a pessoas em situação de Insan, a principal intervenção desenhada para o programa é a doação de alimentos. Esta intervenção se baseia no pressuposto de que, doando-se alimentos para abastecer entidades da rede socioassistencial, escolas e equipamentos de SAN (Epsan), será possível aumentar o acesso à alimentação adequada para pessoas em situação de risco. Os resultados imediatos esperados para esta intervenção, portanto, são o aumento da oferta de alimentos nas entidades beneficiadas e o aumento do acesso à alimentação adequada para beneficiários consumidores. A figura 6 mostra o modelo lógico relacionado a essa intervenção.

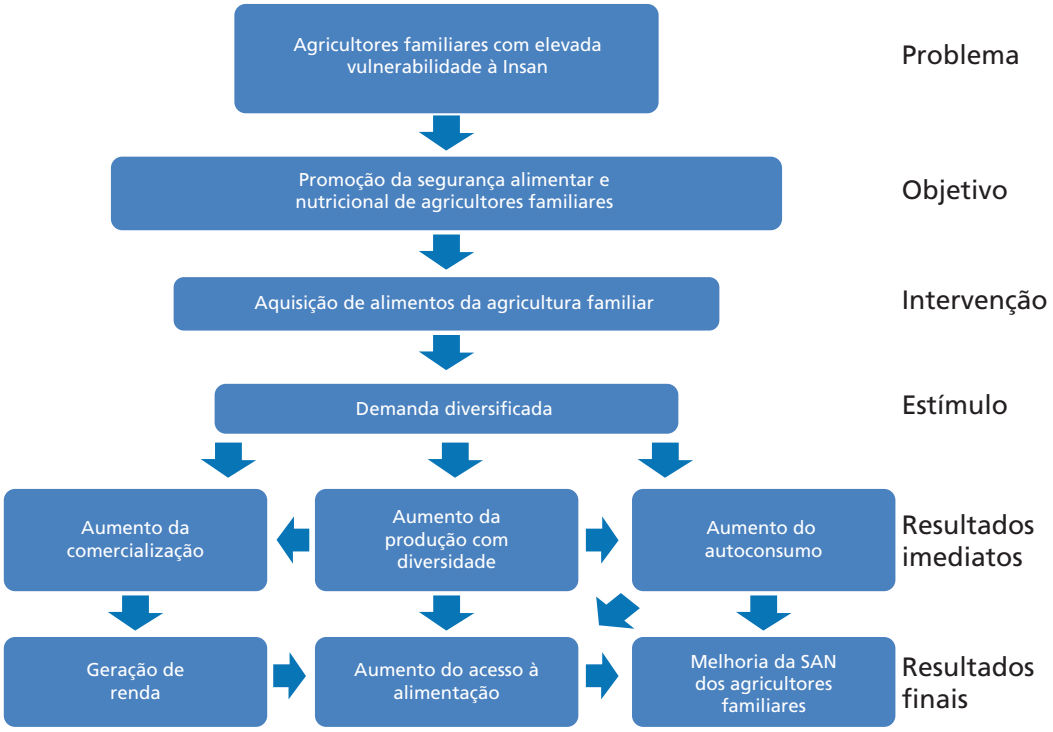
FIGURA 6
Modelo lógico do PAA-CDS relacionado à doação de alimentos



Elaboração dos autores.

Outra maneira pela qual o PAA-CDS pode atuar para reduzir a Insan seria pelo próprio incentivo à agricultura familiar. Como grande parte da pobreza se concentra nas populações rurais, as intervenções que visam ao fortalecimento da produção e à geração de renda para agricultores familiares podem ser consideradas ações voltadas para reduzir a Insan entre essas populações. Além disso, outra hipótese aqui considerada é que, ao incentivar a produção diversificada de alimentos para vender ao PAA, os agricultores seriam incentivados a usar parte dessa produção para o autoconsumo, contribuindo, assim, para aumentar sua segurança alimentar e nutricional (figura 7).

FIGURA 7
Modelo lógico do PAA-CDS relacionado ao objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional entre os agricultores familiares



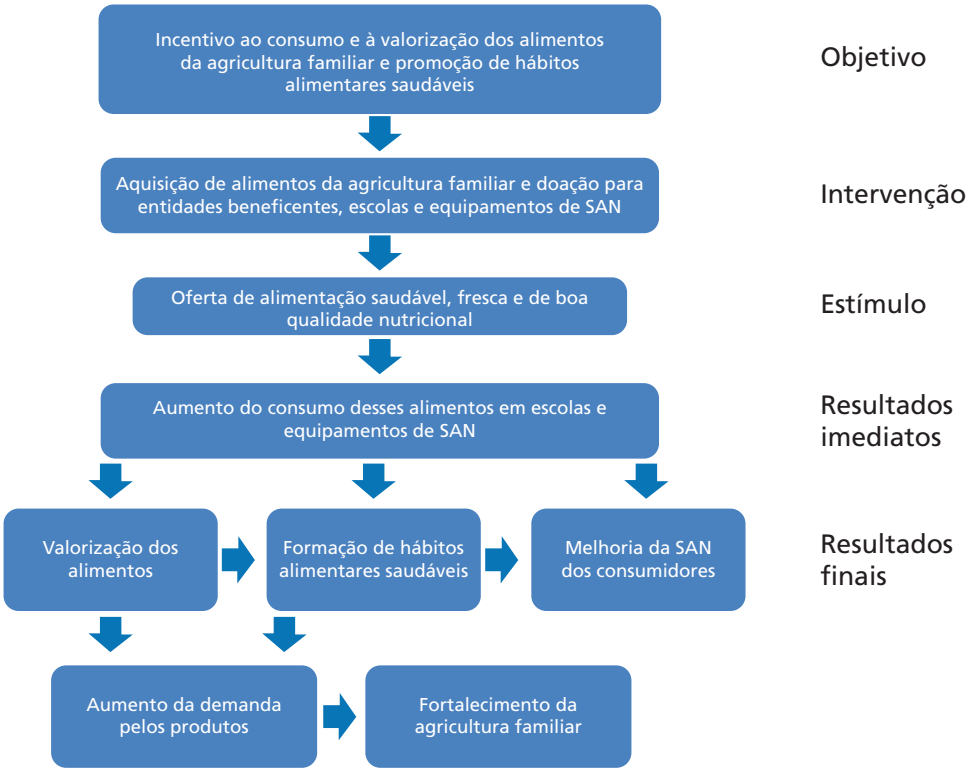
Elaboração dos autores.

O Decreto nº 7.775/2012 colocou também como finalidades do PAA incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e promover hábitos alimentares saudáveis. Essas finalidades atendem a dois objetivos principais: incentivar a agricultura familiar, por meio do aumento da demanda por seus produtos, e promover a SAN, por meio do incentivo ao consumo de alimentos saudáveis. A hipótese implícita seria que, ao incentivar o consumo dos alimentos da agricultura

familiar por meio da compra e doação desses produtos, haveria maior valorização desses alimentos. Da mesma forma, espera-se que o aumento do consumo leve à formação de hábitos alimentares saudáveis, o que, por sua vez, levaria a aumento da demanda por produtos saudáveis (figura 8).

Essas hipóteses contêm uma premissa básica de que os produtos adquiridos teriam qualidade suficiente para levar à sua valorização e incentivar mais seu consumo. Além disso, esses produtos deveriam ser saudáveis para atender ao objetivo de promover a SAN dos beneficiários consumidores. Essas premissas contêm risco associado de que, caso a qualidade dos produtos não seja boa, o efeito obtido pode ser o contrário do esperado. Para serem bem aceitos, é importante, também, que os produtos se adequem à realidade e à cultura alimentar local; além disso, eles precisam ter regularidade e quantidade adequadas para atender às necessidades dos órgãos compradores e entidades recebedoras.

FIGURA 8
Modelo lógico do PAA-CDS relacionado aos objetivos de incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e promover hábitos alimentares saudáveis



Elaboração dos autores.

8 RESULTADOS OBTIDOS PELO PAA

Os estudos sobre o PAA começaram a ser publicados em 2004, ano seguinte à sua criação, com maior concentração de trabalhos a partir de 2012. Na revisão de literatura, foi encontrado um total de 277 trabalhos publicados sobre o programa, entre monografias, dissertações, teses, artigos publicados em revistas, em anais de congresso e em cadernos de estudos resultantes de consultorias governamentais, sendo que alguns desses trabalhos foram republicações de uma mesma pesquisa.

Entre os trabalhos levantados, foram identificadas 158 pesquisas publicadas sobre o PAA que apresentaram análises baseadas em dados qualitativos e/ou quantitativos, primários e/ou secundários e com adequada descrição do método utilizado no estudo (apêndice A). Destes, 92% foi estudo de caso e 49% utilizou apenas metodologia qualitativa, tendo como técnica de obtenção de dados mais frequente as entrevistas semiestruturadas. A maioria das pesquisas enfocou o PAA-CDS operado pela Conab, concentrando-se, principalmente, em alguns estados das regiões Sudeste, Sul e Nordeste, com menos estudos nas regiões Norte e Centro-Oeste.

8.1 Principais resultados observados nos estudos realizados sobre o PAA-CDS em diferentes localidades e regiões

Os 158 estudos analisados (apêndice A) mostraram, em geral, avaliação bastante positiva do PAA, apontando que o programa gerou muitos benefícios para o agricultor – seu estabelecimento, sua produção e a qualidade de vida da sua família –, para as cooperativas e associações e entidades recebedoras dos produtos, além das pessoas consumidoras. Destaca-se que os resultados previstos no modelo lógico do programa foram evidenciados em vários desses trabalhos, tendo sido encontrados também outros resultados não previstos, como o aumento da autoestima dos agricultores. O quadro 2 sintetiza os principais resultados do programa observados nos trabalhos analisados.

QUADRO 2
Resultados do PAA observados nos 158 estudos[1] analisados na pesquisa

Resultados[2]
Aumento da área produzida
Aumento da autoestima dos agricultores familiares
Aumento da autonomia de produção dos agricultores familiares
Aumento da comercialização/venda de excedente
Aumento da contratação de trabalhos permanentes e/ou temporários
Aumento da participação de jovens e de mulheres nas atividades produtivas
Aumento da renda
Aumento do acesso a bens de consumo
Aumento do acesso a novos mercados
Aumento do acesso a outras políticas públicas
Aumento do volume de produção
Aumento dos investimentos/tecnologia
Aumento dos preços
Diminuição da venda a atravessadores e aumento do poder de negociação
Dinamização da economia local
Diversificação da produção
Diversificação da renda
Estímulo à agroindustrialização
Estímulo ao autoconsumo
Estímulo ao cooperativismo e ao associativismo e/ou engajamento comunitário
Fortalecimento da agricultura orgânica ou agroecológica
Fortalecimento das redes locais de segurança alimentar
Fortalecimento das relações comunitárias e aumento da colaboração entre agricultores
Garantia de venda da produção
Melhoria da alimentação dos beneficiados/segurança e soberania alimentar
Melhoria da estrutura da propriedade
Melhoria da estrutura de transporte, estocagem e beneficiamento
Melhoria da qualidade de vida
Melhoria da qualidade dos alimentos produzidos e consumidos
Melhoria da saúde dos beneficiários consumidores
Melhoria no nível tecnológico do sistema produtivo
Mudanças positivas nos hábitos de consumo das famílias beneficiadas
Permanência dos filhos no campo
Preservação de hábitos e culturas regionais
Valorização do agricultor e dos produtos da agricultura familiar por parte da comunidade

Elaboração dos autores.
Notas: [1] Ver apêndice A.
[2] Resultados organizados por ordem alfabética.

Ainda no início da atuação do programa, em 2005, Mattei (2007) realizou estudo do processo de implementação do PAA no estado de Santa Catarina, enfocando o papel e as percepções dos atores sociais locais envolvidos com o programa, com ênfase em suas dimensões econômica e social, seu desenho institucional e as potencialidades e perspectivas desta nova política pública. Entre os benefícios destacados pelos agricultores entrevistados, estão a possibilidade de planejar melhor a produção e de receber preços mais justos. Destacou-se, também, que o programa levou ao aumento da diversidade de produtos ofertados nos mercados locais, o que implicou maior movimentação financeira local. Observou-se, ainda, como fator positivo o bom relacionamento entre os gestores públicos do programa e as organizações dos beneficiários, o que contribui para melhorar a eficácia da política. No entanto, o envolvimento dos atores sociais foi satisfatório apenas nas localidades em que já existiam movimentos sociais organizados.

O acesso a mercado e segurança de comercialização de produtos é ponto-chave destacado pelos beneficiários fornecedores entrevistados na maioria das pesquisas realizadas. Carvalho e Pedroso Neto (2016), por exemplo, realizaram estudo sobre as configurações do mercado institucional proporcionado pelo PAA no estado do Tocantins. Segundo os agricultores entrevistados, a principal motivação para aderir ao programa foi a possibilidade de poder escoar a produção que estava se "perdendo" ou que, por ser de pequena escala ou pelos altos custos de transporte, não tinha a possibilidade de acesso aos mercados convencionais.

Similarmente, estudo realizado por Agapto (2012, p. 18) em Campina do Monte Alegre, em São Paulo, com 53 beneficiários fornecedores do PAA, constatou que

> agricultores que outrora produziam em pequenas quantidades, às vezes somente para sua subsistência, e tinham como opção única a comercialização de seus produtos via atravessadores, obtiveram a possibilidade de vender suas mercadorias com melhores preços e com segurança.

O autor destaca, ainda, que o programa levou à diminuição da oferta de produtos para os atravessadores, o que contribuiu para o melhor equilíbrio entre os preços praticados ao longo da cadeia de comercialização dos produtos. Para Chmielewska, Souza e Lourete (2010), que realizaram estudo de caso no estado de Sergipe, o PAA desempenha papel significativo na melhoria das capacidades de acesso a mercados, pois se mostra crucial na promoção de uma série de mudanças nos processos produtivos e organizacionais dos agricultores envolvidos. Tais mudanças foram possibilitadas pela segurança de acesso regular a mercado vantajoso.

Outro resultado destacado em vários estudos é o aumento da renda dos beneficiários fornecedores. Queiroz *et al*. (2015), por exemplo, analisaram a produção de 22 agricultores familiares que acessaram o PAA no município de Curvelândia, em Mato Grosso, apontando que, a partir do acesso ao programa, houve aumento real de R$ 300,00 a R$ 400,00 na renda mensal dos agricultores. Além disso, os autores destacam que o excedente da produção era comercializado em mercados formais e informais, o que gerava renda extra e dinamizava a economia local, sendo que, no município estudado, o valor ultrapassa R$ 100 mil/ano de circulação de capital vinculado ao programa.

A pesquisa realizada por Cavalcanti (2016) no município de Monteiro, na Paraíba, no período 2011-2014, também identificou melhorias econômicas para os agricultores em função do acesso ao programa. A categoria que se enquadrava entre os que tinham renda mensal entre R$ 0,00 e R$ 100,00 antes da participação no PAA, por exemplo, passou para a faixa de renda entre R$ 250,00 a R$ 450,00 após o engajamento no programa. A maioria dos agricultores, antes do PAA, se concentrava na faixa de renda entre R$ 450,00 a R$ 650,00; após a inserção no programa, a maioria passou para a faixa entre R$ 650,00 e R$ 850,00.

O estudo de caso realizado por Andrade Júnior (2009) abordou os efeitos do PAA na Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (Cooarpa), no estado de Santa Catarina, no período 2004-2007. A cooperativa analisada era formada por diferentes associações que realizavam a venda de produtos específicos. Observou-se efeito positivo do programa sobre a organização dos agricultores, com aumento do número de associados e melhoria da qualidade dos produtos ofertados. Porém, os efeitos econômicos sobre a renda dos agricultores variaram, dependendo da cadeia produtiva avaliada. Nos casos da comercialização de mel, hortaliças e biscoitos, foram apontados efeitos significativos na melhoria dos preços de comercialização na região, na redução do papel dos atravessadores e, consequentemente, na melhoria da renda dos produtores. Nos casos das cadeias do leite e feijão, porém, esse impacto não foi observado, pois em diversos anos o preço praticado pelo PAA era inferior ao preço do mercado, não ocorrendo impacto na renda dos produtores.

Por outro lado, Plein e Filippi (2012), trabalhando com agricultores de seis municípios que compõem a microrregião de Pitanga, Paraná, caracterizada por baixos indicadores de desenvolvimento, encontraram entre os resultados do programa melhores rendimentos para os agricultores pobres daquela região. Esses dados corroboram a constatação feita por Mattei (2007) de que os benefícios econômicos são bem mais visíveis

entre os agricultores com dificuldades, tanto de meios de produção como de acesso aos mercados. Com isso, o programa transforma-se em importante oportunidade para esses segmentos, especialmente para melhorar seus níveis de renda. É importante destacar que os agricultores de baixa renda constituem justamente o público prioritário do PAA, o que indica que o desenho do programa é adequado, nesse ponto, para atingir seus objetivos.

Ainda em relação ao público prioritário do PAA, vários estudos mostram efeitos positivos do programa para segmentos específicos, como mulheres, assentados e povos e comunidades tradicionais. Um desses estudos foi realizado por Azevedo (2012), o qual tratou sobre os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do PAA no município de Barbacena, Minas Gerais. A autora observou que o PAA, principalmente na modalidade CDS, contribuiu para o acesso à renda e para a inserção da produção das mulheres no mercado, bem como para a melhoria da qualidade de vida das agricultoras. Além disso, foi observado efeito positivo do PAA na dinamização da vida social nas comunidades rurais, com o aumento do número de reuniões e o incentivo à troca de informações e ao desenvolvimento de vínculos e sentimentos de cooperação mútuos.

Schmitz, Mota e Sousa (2016) entrevistaram 22 mulheres extrativistas catadoras de mangaba em Sergipe e analisaram a influência do PAA após cinco anos de participação no programa. Para as entrevistadas, o PAA proporcionou a participação em comércio justo e incentivou a mobilização delas e de seus parceiros. A garantia de renda levou a diversos benefícios: maior disponibilidade de alimentos; menores jornadas de trabalho; aquisição de bens de consumo e equipamentos para o trabalho; valorização econômica do fruto; redução da dependência dos atravessadores; e incentivo à participação das mulheres na arena pública. Também facilitou o acesso a outras políticas públicas, como o Bolsa Família, e abriu caminho para a comercialização com outros programas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Os estudos realizados com assentados da reforma agrária também constataram benefícios do programa para esse público. Andrade, Oliveira e Esquerdo (2014), por exemplo, estudaram a implementação do PAA em três assentamentos do município de Araras, em São Paulo, e verificaram o aumento da renda da maioria dos agricultores beneficiários, além de maior diversificação da produção e inserção dos produtos nos mercados. Os autores destacaram, ainda, a importância do programa para a melhoria da segurança alimentar das famílias assentadas, afirmando que “foi possível, a partir do início da participação no programa, aumentar a quantidade de comida das refeições

e a qualidade da alimentação como um todo", explicando que isso ocorreu "seja pela inclusão de itens importantes da dieta na alimentação, seja pela manutenção desses itens, a partir do momento em que a produção dos mesmos passou a ser feita no lote" (Andrade, Oliveira e Esquerdo, 2014, p. 239). Além da melhoria da alimentação e, consequentemente, da saúde dos beneficiários, outra pesquisa feita com assentados, realizada por Rocha (2015), em Ilha Solteira, São Paulo, destaca o uso da renda obtida com o PAA para a aquisição de bens, como carros, motos e eletrodomésticos, contribuindo para o incremento da qualidade de vida das famílias.

Alguns estudos avaliaram a participação de indígenas no programa. O estudo realizado por Teixeira (2016), que entrevistou beneficiários fornecedores no território indígena Caramuru Catarina Paraguaçu, no município de Pau Brasil, na Bahia, mostrou que o PAA promoveu a diversificação e o aumento da área da produção, o incentivo ao associativismo, o aumento da renda, o aumento das opções de comercialização, a satisfação com o valor pago, a melhoria da alimentação dos indígenas e o estímulo ao autoconsumo. O PAA também impulsionou a criação de novos projetos no território, como a construção de cisternas, a construção de espaço para reuniões e a implantação de uma unidade de beneficiamento de produtos apícolas, além de revelar o protagonismo das mulheres indígenas.

O artigo de Araujo e Kubo (2017) relata os resultados de estudo de caso sobre a participação dos indígenas da etnia Asheninkas como beneficiários fornecedores do PAA no estado do Acre, na modalidade CDS, a partir de 2012. Entre os benefícios apontados no texto, destaca-se o viés econômico, que possibilitou à comunidade tradicional continuar cultivando o feijão – produto que compõe a dieta tradicional desta comunidade –, ao viabilizar a geração de renda a partir de sua produção. Dessa forma, os Asheninkas conseguiram produzir para sua subsistência e ainda auferir renda que possibilitava a aquisição de bens de produção e o atendimento de outras necessidades materiais. De acordo com os autores, os produtos industrializados comprados com o recurso oriundo do PAA "facilitam o trabalho nos roçados, pescarias e caçadas e possibilitam a produção de uma alimentação diversificada em nutrientes e paladar" (Araujo e Kubo, 2017, p. 206). Também cabe relatar como benefício do programa o fortalecimento da SAN entre os beneficiários consumidores, tendo em vista o alto grau de qualidade nutricional do feijão peruano fornecido pelo povo indígena.

Outros benefícios previstos no modelo lógico do programa vêm sendo evidenciados em vários estudos. Batista *et al.* (2016), por exemplo, fizeram estudo qualitativo

sobre a percepção de 53 agricultores familiares do município de Ubá, Minas Gerais, a respeito de fazer parte do PAA e sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, à nutrição e à saúde. O estudo concluiu que o PAA atinge boa parte dos seus principais objetivos, tendo como base a satisfação geral dos entrevistados, com destaque para a sensação de segurança dos agricultores quanto ao pagamento pelos produtos comercializados e ao aumento da autoestima e da qualidade de vida – o que contribuiria para o fortalecimento dos laços associativos e para a permanência dessas famílias no campo. O estudo constatou, também, o fortalecimento da SAN, tanto por parte dos agricultores (autoconsumo) quanto dos beneficiários consumidores, além do aumento da diversificação da produção e dos alimentos consumidos.

Outro estudo que evidenciou a concretização de vários resultados previstos para o programa foi realizado por Becker e Anjos (2010), com base em entrevistas realizadas com sessenta agricultores familiares distribuídos em três municípios do extremo sul gaúcho. Os autores constataram que o PAA contribuiu para a inserção produtiva de agricultores antes marginalizados pelo mercado – incluindo comunidades tradicionais, como quilombolas –, fortalecendo sua estratégia de reprodução social e promovendo resgate da autoestima das famílias, com ressignificação de seu "papel social". Entre os benefícios observados, estão a valorização dos produtos locais e regionais, o impulso à produção de alimentos agroecológicos e à diversificação da produção e o incentivo à agroindústria familiar como recurso para agregar valor aos produtos fornecidos ao programa. Constatou-se, também, o estímulo à alimentação saudável e à prática do autoconsumo entre os beneficiados. Para os autores, o PAA é indutor de novas dinâmicas sociais; por isso, consideram "esta política pública e as instituições a ela implicadas como precursoras de nova dinâmica de desenvolvimento" (Becker e Anjos, 2010, p. 61).

Embora a maioria dos estudos tenha enfocado os efeitos do programa sobre os beneficiários fornecedores, em todas as pesquisas em que se entrevistaram também representantes de entidades recebedoras ou beneficiários consumidores, foram relatados benefícios do programa para a melhoria da SAN destes beneficiários, com aumento de quantidade, qualidade e diversidade dos alimentos fornecidos. Em alguns casos, foram relatados outros benefícios decorrentes da melhoria da alimentação dos consumidores. O estudo realizado por D'Ávila e Silva (2011), por exemplo, o qual analisou os resultados do PAA-CDS no estado de Minas Gerais, relatou que benefícios para a nutrição e a saúde dos consumidores foram observados pelo aumento do índice de massa corporal dos beneficiados após o consumo regular dos alimentos, medido por avaliação antropométrica, segundo depoimento de assistente social entrevistada. Este estudo mostrou depoimentos que relatam a redução

da frequência de gripes em idosos e a melhoria das condições de saúde em crianças carentes, além de mudanças positivas nos hábitos de consumo das famílias beneficiadas.

Destaca-se, ainda, o papel do programa no fortalecimento das redes locais de segurança alimentar, conforme observado por Almeida, Ferrante e Paulillo (2010). Os autores realizaram estudo de caso com foco nas redes de organização e coesão social, em torno de políticas de SAN no município de Araraquara, São Paulo, e identificaram o PAA como o principal programa dinamizador de toda a política de SAN no município estudado.

Em relação à eficácia do programa em atingir o público para o qual se destina, foram encontrados na literatura dois estudos quantitativos, baseados em dados secundários, que mostraram bom desempenho do programa neste quesito. Um deles foi realizado por Simão, Silva e Silveira (2014), no qual os autores criaram o Índice de Propensão à Execução do PAA (IPE-PAA), para avaliar o grau de cobertura deste programa no estado de Minas Gerais. Os autores constataram que 27% (228) dos municípios acessaram o PAA nesse estado em 2011, com taxa de focalização nos municípios mais propensos à execução do programa de 69,2%, concluindo que a maioria dos recursos foi repassada aos municípios que mais necessitariam das suas ações. O outro estudo, feito por Salgado *et al*. (2017), apresentou abrangência nacional e se baseou em dois indicadores que representaram o "risco de insegurança alimentar" e a "necessidade de acesso ao mercado dos agricultores familiares". Concluíram que, principalmente nas regiões Nordeste e Norte, o PAA concentrou suas ações em municípios com maior demanda, notável presença de agricultores familiares, baixo dinamismo econômico e alto risco de Insan.

Esses resultados proporcionam fortes indícios de que as hipóteses em que se baseia o programa são verdadeiras e que este representa estratégia eficaz para atingir seus objetivos de promover a SAN e fortalecer a agricultura familiar, principalmente no seu segmento mais carente, mostrando ser um programa importante e estruturante no âmbito das ações da PNSAN.

8.2 Problemas e dificuldades apontados nos estudos

A maioria dos estudos levantados apontou, também, dificuldades e problemas observados no processo de operação do PAA, os quais estiveram, muitas vezes, relacionados aos fatores de risco levantados no modelo lógico. O quadro 3 mostra relação dos principais problemas encontrados.

QUADRO 3
Problemas e dificuldades apontados na operacionalização do PAA nos 158 estudos[1] analisados na pesquisa

Problemas e dificuldades apontadas[2]
Atrasos nos pagamentos
Baixa cobertura do programa
Baixo limite de compra por produtor
Burocracia excessiva
Controle social incipiente
Descontinuidade do acesso ao programa
Dificuldades de adequação à legislação sanitária para produtos de origem animal
Dificuldade no preenchimento de formulários e documentação
Falta de apoio da gestão local ou incapacidade burocrática
Falta de assistência técnica
Falta de estrutura de transporte, estocagem e beneficiamento
Falta de organização dos agricultores
Fragilidade da infraestrutura local
Pouca divulgação/participação no programa
Pouco conhecimento do funcionamento do programa
Preço dos produtos não atrativos
Redução do volume de recursos disponibilizados para o programa

Elaboração dos autores.
Notas:[1] Ver apêndice A.
[2] Problemas e dificuldades organizados por ordem alfabética.

Um problema muito recorrente observado foi a falta de acesso a outras políticas públicas importantes para apoiar o funcionamento do PAA. Rambo (2016), por exemplo, destaca que as principais dificuldades relatadas pelos agricultores familiares assentados da reforma agrária, entrevistados no município de Tangará da Serra, Mato Grosso, são a ausência de assistência técnica e extensão rural (Ater) e o pouco acesso a outras políticas, como crédito, seguro agrícola e habitação.

Outra questão importante é a dificuldade de acesso dos agricultores ao programa. São reclamações frequentes: o excesso de burocracia; a dificuldade dos agricultores mais pobres em conseguir documentos; a falta de assistência técnica para auxiliar na elaboração dos projetos; as dificuldades de transporte e armazenamento dos produtos; a falta de organização de produtores locais em cooperativas e/ou associações; e o pouco acesso a informações sobre o programa, o que acarreta baixo conhecimento sobre seu

funcionamento (Sambuichi *et al.*, 2014). Esses problemas causam também atrasos na liberação dos recursos por falta de documentação adequada. Outro ponto destacado se relaciona à grande dificuldade dos agricultores em atender às normas higiênico-sanitárias, sobretudo no caso de produtos de origem animal.

A dificuldade de acesso, somada à limitação de recursos, contribui para a baixa taxa de cobertura do programa constatada nas pesquisas. O estudo de Simão, Silva e Silveira (2014), por exemplo, apesar de ter encontrado alta taxa de focalização nos municípios mais necessitados, mostrou que, do ponto de vista da distribuição geográfica dos recursos, a taxa de cobertura foi baixa em algumas mesorregiões do estado analisado. Similarmente, Salgado *et al.* (2017) constataram que, em geral, o nível de cobertura do programa se mostrou baixo diante das necessidades que as regiões mais carentes apresentam em relação a investimento em políticas de SAN e de apoio à agricultura familiar. Outro estudo que abordou a cobertura do programa foi realizado por Santos *et al.* (2015), o qual analisou os efeitos da densidade populacional e da distribuição geográfica sobre o nível de efetividade do PAA no Brasil. Utilizando dados de 2011, o estudo mostrou que as compras estavam muito correlacionadas com as grandes concentrações urbanas, o que pode indicar haver baixa cobertura do programa nas regiões rurais mais afastadas.

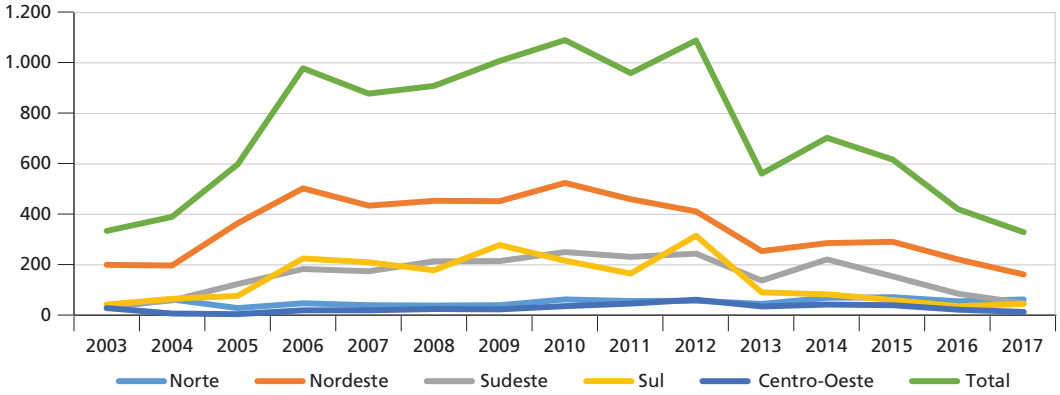
Esses problemas mostram haver grande dilema na operação do PAA, pois, ao mesmo tempo que o programa visa melhorar a capacidade de organização e produção dos agricultores mais pobres, por outro lado, a própria falta de organização e a capacidade de atender às exigências tornam-se empecilhos para que seu principal público-alvo possa ter acesso a ele, principalmente nas operações realizadas por meio de cooperativas e associações.

Reduzir as exigências burocráticas poderia ser um caminho para melhorar a efetividade e facilitar o acesso ao PAA. Porém, a crescente pressão dos órgãos de controle do Estado para que os operadores do programa tenham mais rigor no acompanhamento e na fiscalização do cumprimento das normas para aplicação dos recursos, justificada pela necessidade de reduzir os riscos de fraudes e desvios, não permitiu ainda ao PAA avançar muito nesse sentido. Alternativamente, se faz necessária proximidade cada vez maior dos órgãos de assistência técnica com os produtores, para ampliar sua capacidade de participação no programa.

9 EVOLUÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS NO PAA

Os dados analisados neste estudo mostraram que quase R$ 12 bilhões[3] já foram aplicados pelo governo federal em compras do PAA desde sua criação. A maior parte dos recursos foi aplicada na região Nordeste, na qual se encontra a maior quantidade de agricultores familiares. Analisando-se os valores aplicados a cada ano no período 2003-2018 (gráfico 1), observa-se que houve forte tendência de crescimento dos recursos aplicados no programa até 2006. Depois, os montantes cresceram mais lentamente, oscilando em patamar acima de R$ 850 milhões e chegando a R$ 1,2 bilhão em 2012. Em 2013, porém, notou-se queda acentuada do volume de recursos aplicados, com leve recuperação em 2014, voltando a decrescer a partir de 2015, como resultado da crise fiscal do governo federal, que levou a fortes cortes orçamentários em todos os programas sociais. O menor valor do período foi observado em 2018, quando foram aplicados apenas R$ 253 milhões, valor comparativamente menor que o aplicado no primeiro ano do programa, considerando-se a correção monetária. Destaca-se, porém, que estes dados não incluem os valores aplicados na modalidade compras institucionais, que opera com recursos dos próprios entes interessados e para a qual não existem ainda dados disponíveis, embora se estime que os valores aplicados nesta modalidade tenham crescido nos últimos anos.

GRÁFICO 1
Montante de recursos investidos pelo governo federal em compras do PAA, em todas as modalidades – Brasil e Grandes Regiões (2003-2018)
(Em R$ milhões)

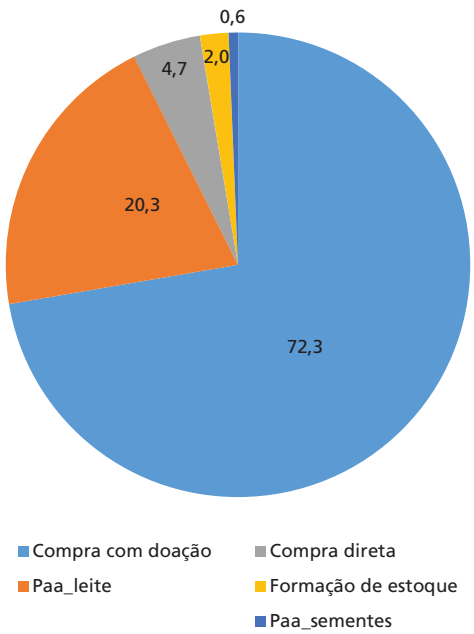


Fonte: Bases de registros administrativos do MDS e da Conab.
Elaboração dos autores.
Obs.: valores corrigidos para dezembro de 2018 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

3. Em valores corrigidos para dezembro de 2018 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://bit.ly/2YXdvEq>.

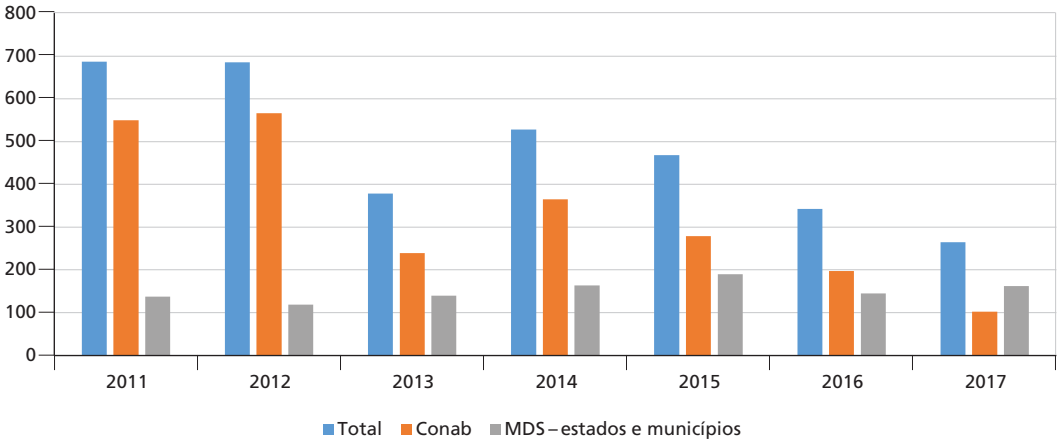
A modalidade PAA-CDS foi a que aplicou o maior percentual de recursos provenientes do governo federal, representando cerca de 72% das compras realizadas no período 2011-2018 (gráfico 2). O volume total de recursos executados nessa modalidade de compras também decresceu nos últimos anos, o que ocorreu especialmente nas compras operadas pela Conab (gráfico 3).

GRÁFICO 2
Distribuição dos recursos investidos pelo governo federal no PAA por modalidade (2011-2018)
(Em %)



Fonte: dados da pesquisa.

GRÁFICO 3
Montantes de recursos investidos pelo governo federal em compras do PAA na modalidade CDS, no total e operados pela Conab e por estados e municípios (2011-2018)
(Em R$ milhões)



Fonte: dados da pesquisa.
Obs.: valores corrigidos para dezembro de 2018 pelo INPC.

A redução do papel da Conab na execução do PAA começou a ocorrer a partir de 2013, principalmente após a deflagração da operação da Polícia Federal (PF) que ficou conhecida como Agro-Fantasma, a qual executou vários mandatos de prisão, busca e apreensão e condução coercitiva no estado do Paraná, envolvendo agricultores familiares, gestores municipais, presidentes de associações e cooperativas e operadores da Conab, com base em indícios de irregularidades na execução do programa. Segundo relato de Barth-Teixeira *et al.* (2017, p. 9), em pesquisa realizada no território Cantuquiriguaçu-PR, "Ouviu-se de muitos entrevistados que a insegurança e o clima hostil instaurado pela investigação foi tão grande que, no que se refere aos agricultores e suas organizações, era preferível 'não se envolver mais com o programa' (...)". Os autores destacaram, ainda, que, no ano seguinte, nenhum projeto do PAA foi executado nos municípios analisados, e a recuperação nos anos posteriores foi lenta, causando desmobilização e recuo das estruturas físicas e sociais que haviam sido construídas anteriormente naquela região em função do programa. Embora os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) tenham acatado as justificativas apresentadas pelos operadores da Conab para explicar as irregularidades apontadas na investigação da PF e todos os agricultores tenham sido inocentados entre 2016 e 2017, a partir de então, várias recomendações foram feitas para mudar os procedimentos adotados na aprovação e acompanhamento dos projetos, o que, do ponto de vista das organizações dos agricultores, resultou em mais burocracia e dificuldade de acesso ao programa.

Outro fator que contribuiu para a redução das operações do PAA pela Conab foi a diminuição gradativa dos recursos investidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os quais eram utilizados na operação das modalidades formação de estoque e compra direta. Nos anos mais recentes, este ministério passou para o *status* de secretaria e teve seu orçamento bastante reduzido, restringindo-se a pequenas execuções da modalidade formação de estoque.

As significativas reduções ocorridas nos valores totais aplicados no PAA, porém, não foram observadas para a modalidade PAA-CDS operada por estados e municípios, a qual, apesar de ter sofrido algumas oscilações no período, apresentou um montante de execução em 2018 semelhante ao apresentado em 2011 (gráfico 3). Isso indica estar havendo uma mudança importante na estratégia de atuação do programa, a qual pode influenciar na sua capacidade de fortalecer a agricultura familiar. Diferentemente do modo de atuação da Conab, em que o acesso ao programa por parte dos beneficiários fornecedores é feito por meio de cooperativas ou associações, no PAA-CDS operado por estados e municípios, o acesso dos agricultores é feito de forma individual. Se, por um lado, esta forma de acesso facilita aos agricultores mais pobres e menos organizados acessar o programa, por outro lado, o acesso individual não estimula a organização dos agricultores, além de diminuir seu protagonismo na elaboração dos projetos e na autonomia no planejamento da produção. Valadares e Souza (2015, p. 14) explicam o que essa mudança de estratégia pode representar para o programa:

> (...) é importante ressaltar que, apesar da determinação de metas para a inclusão dos agricultores extremamente pobres no programa parecer justa e adequada aos objetivos do programa, a preocupação em incluí-los não garante que eles transitarão de uma economia de subsistência rural para uma agricultura familiar produtora de excedentes monetários. Esta transição depende de um trabalho mais estruturado, que organize os produtores em bases associativas, exatamente como a Conab vinha construindo ao longo dos últimos anos. Se essa preocupação deixar de existir, o PAA pode passar de instrumento para uma estratégia de desenvolvimento rural para instrumento de administração da extrema pobreza rural, tal qual uma política focalizada e individualizada de transferência de renda.

Nesse sentido, é muito importante que o PAA-CDS continue atuando de forma a promover a organização dos produtores, como maneira de prepará-los para acessar outros mercados institucionais mais exigentes, como o PNAE e o PAA-Compras Institucionais, por exemplo. Um caminho para isso pode ser associar a operação do PAA

à política de Ater, de forma a apoiar os agricultores tanto na parte técnica, visando à melhoria de eficiência, qualidade e sustentabilidade da produção, quanto na parte organizativa, com vistas a melhorar a gestão dos seus empreendimentos coletivos.

A execução direta do PAA-CDS por estados e municípios vem permitindo maior alinhamento às políticas locais de segurança alimentar e nutricional, garantindo planejamento mais adequado das entregas às entidades que atendem as famílias em situação de Insan, além de criar ambiente mais propício à integração das políticas públicas de fomento ao agricultor familiar no âmbito local.

Dessa forma, encontrar meios de melhorar as normas e os procedimentos de operação do programa, visando diminuir os riscos de fraudes e desconformidades e aumentar a transparência, sem dificultar o acesso dos beneficiários nem comprometer o alcance dos seus resultados ante seus objetivos, é um desafio que a gestão do PAA vem enfrentando e ainda terá que enfrentar para o futuro. Uma maneira de contribuir nesse sentido é reforçar o controle social do programa, principalmente em territórios e municípios, por meio dos conselhos de segurança alimentar e outros, além de melhorar a comunicação com a população, para que esta compreenda os benefícios do programa e participe da sua gestão e sua fiscalização.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo lógico elaborado para o programa mostrou que os problemas fundamentais que motivaram sua criação foram a existência de população em situação de Insan, os elevados índices de pobreza rural e a necessidade de fomentar a agricultura familiar, a qual vinha tendo pouco acesso a políticas públicas de fomento agrícola. O PAA-CDS foi criado, portanto, com dois objetivos principais: incentivar a agricultura familiar; e possibilitar o acesso à alimentação a pessoas em situação de Insan.

A principal forma de intervenção desenhada para o PAA-CDS foi a aquisição de alimentos. Esta intervenção está baseada na hipótese de que um problema que dificulta o crescimento da produção da agricultura familiar é a dificuldade de acesso a mercado adequado para seus produtos e que, assim, a criação de um canal de comercialização acessível pode estimular a produção, gerar renda e promover inclusão econômica e social dos agricultores.

Além disso, o PAA-CDS visa estimular a sustentabilidade da produção, o processamento e a industrialização dos produtos, bem como o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo. Para que esses objetivos possam ser alcançados, as aquisições precisam ter características que favoreçam ou estimulem esses comportamentos por parte do agricultor, como: demanda preferencial, preços diferenciados ou exigência de aquisição dos produtos por meio de associações ou cooperativas.

Outra forma de intervenção importante nessa modalidade do programa é a doação de alimentos. Essa intervenção tem o objetivo direto de possibilitar o acesso à alimentação adequada a pessoas em situação de Insan, além de incentivar o consumo desses alimentos e promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Na revisão de literatura, foi encontrado elevado número de trabalhos publicados sobre o PAA. Em geral, a maioria dos estudos mostrou avaliação bastante positiva do programa, sendo constatados benefícios para os agricultores e os consumidores que contribuíram para o fortalecimento da agricultura familiar e a redução da Insan, além de incentivar a produção sustentável, o cooperativismo, a agroindústria familiar e o desenvolvimento local. Essas evidências indicam que o PAA está conseguido obter os resultados esperados em seu modelo lógico, o que corrobora com as principais hipóteses em que se baseia o programa e mostra que os estímulos gerados por meio de suas aquisições e doações são adequados para atingir seus objetivos. Esses resultados reforçam a importância do PAA como programa estruturante no âmbito da PNSAN, tendo o potencial de gerar impactos positivos sobre a sustentabilidade da cadeia agroalimentar e promover o desenvolvimento rural inclusivo.

Apesar dos benefícios evidenciados nesses estudos, foram identificados, também, vários problemas e dificuldades no processo de operacionalização e logística do programa, além de baixa taxa de cobertura, o que mostra a necessidade de melhoria nesses quesitos.

A maioria dos trabalhos encontrados, porém, é constituída por estudos de caso de pouca abrangência geográfica e concentrados em algumas regiões. Faltam, também, avaliações de impacto embasadas em metodologias quantitativas e robustas, bem como em estudos de abrangência geral, as quais permitam avaliar melhor o grau de sucesso das ações realizadas, gerando subsídios para seu aprimoramento.

Ressalta-se, ainda, que a análise da evolução dos recursos aplicados pelo governo federal em compras do programa mostrou significativa redução dos montantes aplicados nos anos mais recentes, especialmente no PAA operado pela Conab, devido a fortes restrições orçamentárias ocorridas a partir de 2015 em todos os programas sociais. Ocorreram, também, várias mudanças em normas e procedimentos de operação do programa, resultantes de recomendações dos órgãos de controle com base em auditorias realizadas.

Esses fatos reforçam a necessidade de realização de novos estudos para verificar os impactos das mudanças ocorridas e auxiliar a encontrar meios de manter, ampliar e aprimorar os benefícios que o PAA já mostrou ser capaz de proporcionar para o desenvolvimento rural e a segurança alimentar das populações mais carentes no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGAPTO, J. P. *et al*. Avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 13-21, mar./abr. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/8bQUU5>.

ALMEIDA, J. A. *et al*. Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 479-488, 2017.

ALMEIDA, L. M. M.; FERRANTE, V. L. S.; PAULILLO, L. F. Rede de segurança alimentar de forte coesão social, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 12, n. 13, p. 370-385, 2010.

ANDRADE, F. R. P.; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. S. Limites para o desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos assentamentos rurais de Araras/SP. Retratos de Assentamentos, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 225-244, 2014.

ANDRADE JÚNIOR, R. C. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) no planalto norte do estado de Santa Catarina: o caso da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (COOARPA). **Cadernos do CEOM**, v. 22, n. 30, p. 83-100, 2009.

AQUINO, J. S. *et al*. Food insecurity and socioeconomic, food and nutrition profile of schoolchildren living in urban and rural areas of Picos, Piauí. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 27, n. 4, p. 395-404, July/Aug. 2014.

ARAUJO, M. L. L.; KUBO, R. R. Segurança alimentar e nutricional e povos indígenas: a experiência dos Asheninkas do alto rio Envira com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 38, n. 132, p. 195-210, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/ujgrZu>.

ASSIS, S. C. R.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. C. C. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na segurança alimentar e nutricional dos agricultores. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 617-626, 2017.

AZEVEDO, V. M. **Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: o caso de Barbacena-MG. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

BARTH-TEIXEIRA, E. *et al*. Análise da operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/Conab) no Território Cantuquiriguaçu-PR. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL: INOVAÇÃO, EXTENSÃO E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, 55., 2017, Santa Maria, Rio Grande do Sul. **Anais...** Santa Maria: Sober, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/9U89zJ>.

BATISTA, L. M. G. *et al*. Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 494-504, 2016.

BECKER, C.; ANJOS, F. S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar em municípios do Sul Gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2003. Disponível em: <https://goo.gl/ziSwio>.

_____. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/ChqMh8>.

BRASIL. Casa Civil; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise *ex ante*. Brasília: Ipea, 2018.

CARVALHO, G. S.; PEDROSO NETO, A. J. O Programa de Aquisição de Alimentos no Tocantins: as condições sociais de realização de mercados com práticas de acesso individuais e coletivas. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 258-276, set./dez. 2016.

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. **Como elaborar modelo lógico**: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Brasília: Ipea, 2010. (Nota Técnica, n. 6). Disponível em: <https://goo.gl/E4T9sL>.

CAVALCANTI, N. T. F. **Diagnóstico socioeconômico do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Monteiro-PB**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2016.

CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado**: estudo de caso no estado de Sergipe. Brasília: Ipea, set. 2010. (Texto para Discussão, n. 1510).

CONCEIÇÃO, L. C. *et al*. Mercado institucional de produtos agropecuários de assentamentos rurais na Amazônia. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 5, n. 2, p. 117-126, 2016.

CONTI, I. L. **Segurança alimentar e nutricional**: noções básicas. Passo Fundo: Ifibe, 2009.

D'ÁVILA, C. A. R.; SILVA, S. P. Segurança alimentar e desenvolvimento local: uma análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 15, n. 2, p. 335-346, jul./dez. 2011.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P.; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Brasília: Ipea, 2005. (Texto para Discussão, n. 1145).

DELGADO, N. G. (Coord.). **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília: Condraf/MDA, 2010.

DIAS, T. F.; ROCHA, L. A. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e seus efeitos nos municípios do Rio Grande do Norte: 2005 a 2011. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 1, p. 16-25, jan./mar. 2015.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Direito à alimentação e segurança alimentar e nutricional nos países da CPLP**: diagnóstico de base. Roma: FAO, 2013.

_____. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil**: um retrato multidimensional. Brasília: FAO, 2014.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA; INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**: resumo do relatório final do Projeto UTF/BRA/036. Brasília: FAO; Incra, 1995. v. 2.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: FAO; Incra, 2000.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA; OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **América Latina e o Caribe**: panorama da segurança alimentar e nutricional. Santiago: FAO; OPAS, 2017.

FERREIRA, N. Z.; CRUZ, J. C. F. Mercado institucional como fortalecedor da agricultura familiar e promotor da segurança alimentar e nutricional. **Revista Capital Científico** – Eletrônica, Guarapuava, v. 11, n. 2, p. 1-14, maio/ago. 2013.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: _____. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, C. *et al*. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, set. 2011.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero**: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001. Disponível em: <https://goo.gl/bhTRwn>.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de Santa Catarina. *In:* CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, Fortaleza, Ceará. **Anais**... Fortaleza: Sober, 2007.

MONDINI, L. *et al*. Insegurança alimentar e fatores sociodemográficos associados nas áreas urbana e rural do Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 52-60, fev. 2011.

MORAIS, D. C. *et al*. Insegurança alimentar e indicadores antropométricos, dietéticos e sociais em estudos brasileiros: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1475-1488, 2014.

MÜLLER, A. L. **A construção de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

NASCIMENTO, A. L. *et al*. A construção de capacidades e meios de vida na garantia da segurança alimentar do rural pernambucano. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 50-62, 2012.

NOBRE, L. N. *et al*. Segurança alimentar em uma comunidade rural no Alto Vale do Jequitinhonha/MG. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 18-31, 2009.

PLEIN, C.; FILIPPI, E. E. O Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): geração de renda e segurança alimentar. **Revista Faz Ciência**, v. 14, n. 19, p. 63-86, jan./jun. 2012.

QUEIROZ, R. F. N. *et al*. Agricultura familiar no município de Curvelândia/MT: análise da produção vinculada ao Programa de Aquisição Alimentos (PAA). **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 33, n. 3, p. 184-200, 2015.

RAMBO, J. R. **Produzir e vender?** O caso do Programa de Aquisição de Alimentos de agricultores familiares assentados da reforma agrária em Tangará da Serra-MT. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2016.

RIBEIRO, E. M. *et al.* Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 4, p. 1075-1102, 2007.

ROCHA, E. N. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: modalidade compra com doação simultânea – o caso do assentamento Estrela da Ilha, em Ilha Solteira-SP. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2015.

SALGADO, R. J. S. *et al*. Focalização e cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): avaliação de sua eficácia nas regiões brasileiras. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 55, n. 4, p. 661-678, out./dez. 2017.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al*. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *In*: SAMBUICHI, R. H. R. *et al*. (Orgs.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade**: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília: Ipea, 2014. p. 75-104.

SANTOS, A. R. *et al*. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Doação Simultânea) nos estados da Bahia e Minas Gerais. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 9-24, 2012.

SANTOS, S. R. Q. *et al*. Efeitos da densidade populacional e proximidade de aglomerados urbanos sobre o nível de efetividade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Brasil. **Scientia Plena**, v. 11, n. 2, p. 1-11, 2015.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SOUSA, G. M. O fim do Programa de Aquisição de Alimentos: reviravoltas para mulheres extrativistas em Sergipe. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, Edição especial, p. 80-103, 2016.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 85-131, mar. 2010.

_____. Mercados e agricultura familiar. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A; SCHNEIDER, S. (Orgs). **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desen-

volvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. cap. 4. p. 93-140.

SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 143-154, 2007.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. D.; FRANÇA, C. G. (Orgs.). **Fome Zero**: a experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010.

SILVA, M. F. S. **Josué de Castro, pensamento e ação**: a gênese do Plano de Segurança Alimentar. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SIMÃO, G. L.; SILVA, E. A.; SILVEIRA, S. F. R. Grau de cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto aos agricultores familiares do estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 3, p. 533-548, jul./set. 2014.

TEIXEIRA, C. A. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no território indígena Caramuru Catarina Paraguaçu no município de Pau Brasil (BA)**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2016.

TRIVELLATO, P. T. *et al*. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 865-874, mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2WKxS6B>. Acesso em: 22 maio 2019.

VALADARES, A. A.; SOUZA, M. G. P. A trajetória recente do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): uma análise das mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa. Brasília: Ipea, 2015. (Nota Técnica, n. 21).

VEDUNG, E. **Public policy and program evaluation**. New York: Routledge, 2017.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume, 2008.

ZIMMERMANN, S. A. A institucionalidade de uma política alimentar em nível local: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Mirandiba, Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA RED SIAL, 4., 2008, Mar del Plata, Argentina. Anais... Mar del Plata: Red Sial, 2008.

APÊNDICE A

QUADRO A.1

Relação das pesquisas publicadas sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que apresentaram análises baseadas em dados qualitativos e/ou quantitativos, primários e/ou secundários

1	AGAPTO, J. P. *et al*. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas,** São Paulo, v. 42, n. 2, p. 13-21, mar./abr. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2t81nll>.
2	ALEIXO, A. D. *et al.* O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no fortalecimento da agricultura familiar no município de Alvorada do Oeste/RO. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL: DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E BIODIVERSIDADE, 54., 2016, Maceió, Alagoas. **Anais...** Maceió: SOBER, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2ShjMer>.
3	ALMEIDA, L. M. M.; FERRANTE, V. L. S.; PAULILLO, L. F. Rede de segurança alimentar de forte coesão social, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de Araraquara-SP. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 12, n. 13, p. 370-385, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2MRTR72>.
4	ALMEIDA, T. S. **Desafios institucionais e organizacionais para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar**: o caso do município de Gravataí-RS. 2014. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2MUU2yv>.
5	ALVES, V. O. *et al*. O associativismo na agricultura familiar dos estados da Bahia e Minas Gerais: potencialidades e desafios frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Administração Pública e Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 68-88, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2SffPXz>.
6	ANDRADE, F. R. P.; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. S. Limites para o desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos assentamentos rurais de Araras/SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 17, n. 1, p. 225-244, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2SfRK2T>.
7	ANDRADE JÚNIOR, R. C. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) no planalto norte do estado de Santa Catarina: o caso da cooperativa agropecuária regional de pequenos produtores de Mafra (Coorpa). **Cadernos do CEOM**, v. 22, n. 30, p. 83-100, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2DelanQ>.
8	ANKLAM, C. A. **O PAA no município de derrubadas**: avaliação do programa por duas famílias beneficiadas e instituições envolvidas em sua gestão. 2011. Monografia (Especialização) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Três Passos, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2DjSXvR>.
9	ANTUNES, M. V. M.; HESPANHOL, R. A. M. O programa de aquisição de alimentos no Município de Dracena-SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 33, p. 101-122, ago./dez. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2SxKEpH>.
10	ARAUJO, M. L. L.; KUBO, R. R. Segurança alimentar e nutricional e povos indígenas: a experiência dos Asheninkas do Alto Rio Envira com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 38, n. 132, p. 195-210, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2WOakxF>.
11	ARAÚJO, R. M. **Programa de Aquisição de Alimentos (2003-2010)**: avaliação da implementação pela Conab no Rio Grande do Norte. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2MUY89G>.
12	ARAUJO, R. M. *et al*. Uma análise do processo gestionário do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o caso Rio Grande do Norte. **Revista de Politicas Publicas**, v. 14, n. 1, p. 17-33, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2UQlZKN>.
13	ASSIS, S. C. R. **Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: modalidade compra institucional na Universidade Federal de Viçosa e situação de (in)segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares beneficiários fornecedores. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2GvPDB8>.
14	AZEVEDO, V. M. **Os desafios para o empoderamento da mulher agricultora a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) caso Barbacena-MG**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2Ibj91x>.
15	BALSADI, O. V. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: os primeiros resultados obtidos em 2003. **Informações Econômicas,** São Paulo, v. 34, n. 5, p. 35-46, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2SlJvCE>.
16	BARROS, A. R. *et al*. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos: modalidade leite. *In*: TAPAJÓS, L.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS**: versão atualizada e revisada 2006-2010. Brasília: MDS, 2010. (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 13). Disponível em: <https://bit.ly/2ta9NbR>.
17	BARTH-TEIXEIRA, E. *et al*. Análise da operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/Conab) no Território Cantuquiriguaçu-PR. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55., 2017, Santa Maria, Rio Grande do Sul. **Anais**... Santa Maria: SOBER, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2BjuuXl>.
18	BATISTA, L. M. G. *et al*. Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 494-504, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Bqo7RV>.

(Continua)

(Continuação)

19	BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2DYz7YI>.
20	BOTELHO FILHO, F. B. *et al*. Estudo do impacto do PAA sobre os arranjos econômicos locais nas regiões Nordeste e Sul do Brasil. *In*: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. (Orgs.). **Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS**. Brasília: MDS, 2007. (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 5). Disponível em: <https://bit.ly/2t8p7FT>.
21	CAMPOS, J. F. S.; SCHIAVINATTO, M. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 18, n. 26, p. 183-203, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2DkFkfK>.
22	CARVALHO, G. S.; PEDROSO NETO, A. J. O Programa de Aquisição de Alimentos no Tocantins: as condições sociais de realização de mercados com práticas de acesso individuais e coletivas. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 258-276, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Guq1ED>.
23	CARVALHO, P. R.; BECKER, C.; NESKE, M. Z. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Santana do Livramento/RS: um estudo de caso sobre a experiência local. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55., 2017, Santa Maria, Rio Grande do Sul. **Anais**... Santa Maria: SOBER, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2BpBu53>.
24	CAVALCANTI, N. T. F. **Diagnóstico socioeconômico do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Monteiro-PB**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2RJFEKo>.
25	CAVALCANTI, N. T. F.; MARJOTTA-MAISTRO, M. C.; MONTEBELLO, A. E. S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2DZcseE>.
26	CERQUEIRA, P. S.; ROCHA, A. G. P.; COELHO, V. P. Agricultura familiar e políticas públicas: algumas reflexões sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia. **Revista Desenbahia**, Salvador, v. 3, n. 5, p. 55-78, set. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2RQ3yE8>.
27	CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado**: estudo de caso no estado de Sergipe. Brasília: Ipea, set. 2010. (Texto para Discussão, n. 1510). Disponível em: <https://bit.ly/2GeKRIC>.
28	COCA, E. L. F. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 1, n. 26, p. 165-182, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2GdzfFT>.
29	CORADIN, C.; SOUZA, S. R. Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sócio-políticos. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 18, n. 26, p. 122-146, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2GfZn31>.
30	CORRÊA, F. C. M. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: uma comparação entre dois estados do Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2GbRnzS>.
31	COSTA, J. M. **Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Martins-RN**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Gvlhyl>.
32	COUTINHO, A. D. L.; HARTMANN, L. C. A contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para agroecologia e comercialização nos assentamentos rurais. **Cadernos de Agroecologia**, v. 7, n. 1, ago. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2Gz3Zkd>.
33	CRUZ, K. C. M. **Participação social no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: o caso da comercialização de castanha do Brasil pela Cooperacre. 2010. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasília, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2BqX1tZ>.
34	CRUZ, K. C. M. **Análise da Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela Companhia Nacional de Abastecimento no período 2003-2015**: estudo de caso sobre a modalidade compra com doação simultânea. 2016. Monografia (Especialização) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2MSVamk>.
35	D'ÁVILA, C. A. R.; SILVA, S. P. Segurança alimentar e desenvolvimento local: uma análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 15, n. 2, p. 335-346, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2SwRCLU>.
36	DESER – DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS RURAIS. **O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07**: uma avaliação. Curitiba: Deser, 2008. 51 p. Disponível em: <https://bit.ly/2UKGEzC>.
37	DEVES, O. D. **Fortalecimento da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**: o caso do município de São Pedro do Butiá-RS. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2SeEhsa>.
38	DIAS, A.; SANTANA, J. Q.; RENSI, J. S. A experiência paraibana do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação pela perspectiva dos agricultores beneficiários. *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 4., 2016, João Pessoa, Paraíba. **Anais**... João Pessoa: SBAP, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2t8Mb7z>.
39	DIAS, T. F.; ROCHA, L. A. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e seus efeitos nos municípios do Rio Grande do Norte: 2005 a 2011. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 1, p. 16-25, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2GdDBgd>.

(Continua)

(Continuação)

40	DIAS, T. F. D. *et al*. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 9, n. 3, p. 100-129, set./dez. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2DYoWmH>.
41	DORETTO, M.; MICHELLON, E. Avaliação dos impactos econômicos, culturais e sociais do programa de aquisição de alimentos no Paraná. *In*: BOTELHO FILHO, F. B.; CARVALHO, A. D. (Orgs.). **Avaliação de políticas de aquisição de alimentos**. 27 ed. Brasília: NER/Ceam/UnB, 2007. v. 7, p. 107-138. Disponível em: <https://bit.ly/2GuQaTO>.
42	FERREIRA, M. J. *et al*. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento para a organização social de agricultores familiares: o caso de Angatuba, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, v. 44, n. 1, p. 55-62, 2014. Disponível em: <https://is.gd/bQdcsm>.
43	FILUS, V.; BERGAMASCO, S. M. P.; ESQUERDO, V. F. S. Análise do Pronaf, PAA e PNAE no assentamento XX de Novembro, Cordeirópolis-SP-Brasil. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55., 2017, Santa Maria, Rio Grande do Sul. **Anais**... Santa Maria: SOBER, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Ty8peM>.
44	FLORIAN, F. **Política pública de alimentação e nutrição**: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Araraquara-SP. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2ROwnk0>.
45	FORMENTON, D. L. **Políticas públicas e desenvolvimento rural**: significado do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar de Santo Ângelo. 2008. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Três Passos, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2MSQpJq>.
46	FROEHLICH, E.; SCHNEIDER, S. Condicionantes legais e estratégias de governança para a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar via o Programa de Aquisição de Alimentos: o caso de Tapes, no Rio Grande do Sul. *In*: DEL GROSSI, M. E.; KROEFF, D. R. (Orgs.). **PAA**:10 Anos de Aquisição de Alimentos. 1. ed. Brasília: MDS, 2013. p. 208-233.
47	FUSCALDI, K. C. Programa de Aquisição de Alimentos: uma política de apoio à comercialização agrícola. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. **Anais**... Campo Grande: SOBER, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2tbrOGM>.
48	GALINDO, E. P.; SAMBUICHI, R. H. R.; OLIVEIRA, M. A. C. Compras de produtos agroecológicos e orgânicos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos. *In*: DEL GROSSI, M. E.; KROEFF, D. R. (Orgs.). **PAA**:10 Anos de Aquisição de Alimentos. 1. ed. Brasília: MDS, 2013. p. 184-207.
49	GHIZELINI, A. A. M. **Atores sociais, agricultura familiar camponesa e o espaço local**: uma análise a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 2010. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2WPOVEc>.
50	GOLEMBIESKI, C. **O PAA, política social e povos indígenas**: um estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Ipuaçu-SC. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2MW2a1A>.
51	GONZAGA, D. A. **Resultados e significados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares de Pereira Barreto (SP)**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2SwZ2Pg>.
52	GRANDO, M. Z.; FERREIRA, G. S. O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com o Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 135-148, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2GdK5M1>.
53	GRISA, C. *et al*. Ambiente institucional, governança e performance do PAA: uma análise nos estados do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte. *In*: JANNUZZI, P.; MONTAGNER, P. (Orgs.). **Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS 2015-2016**. Brasília: MDS, 2016. (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 27). Disponível em: <https://bit.ly/2N1am0V>.
54	GUARESCHI, A. **A operacionalização da política de segurança alimentar**: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos em Tenente Portela, RS. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2RIILSM>.
55	HENTZ, C. Análise do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Pinhalzinho-SC como estratégia de reprodução socioeconômica da produção familiar. **Acta Geográfica**, v. 10, n. 22, p. 48-67, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2uVrE7g>.
56	HESPANHOL, R. A. M. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na MRG de Dracena (SP). **Geo UERJ**, v. 3, n. 20, p. 64-87, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2BraKkv>.
57	HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza,** Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, dez. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2Gs51hM>
58	HOLANDA, D. R. **Desenvolvimento rural sustentável**: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no território da cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu-CE. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2MUMfRk>.
59	INÁCIO, K. R. S.; SILVA, V. K.; DALLA ROSA, L. Ambiente institucional, governança e performance do PAA: uma análise nos estados do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte. *In*: JANNUZZI, P.; MONTAGNER, P. (Orgs.). **Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS 2015-2016**. Brasília: MDS, 2016. (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 27). Disponível em: <https://bit.ly/2N1am0V>.

(Continua)

(Continuação)

60	IZIDORO, L. T.; SILVA, M. E. S.; BARONE, L. A. Política pública e participação econômica de mulheres assentadas: o caso do PAA nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 2, p. 50-75, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2BrbyG3>.
61	JOSÉ, A. B. **O impacto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na vida de beneficiários fornecedores**. 2016. Monografia (Graduação) – Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2GeC9tZ>.
62	LAURETTO, R. **Estudo de caso sobre o Programa de Aquisição de Alimentos em comunidades quilombolas em Adrianópolis – Paraná**. 2011. Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2N1hD0J>.
63	LEAL, S. C. T. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema/SP. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 18, n. 26, p. 147-164, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2GvVW7t>.
64	LEANDRO, E. R. *et al.* Análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na COOPERCINCO. **Revista de Administração de Roraima**, v. 6, n. 3, p. 605, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2UOe5Bv>.
65	LEMOS, S. M.; LIMA, I. S. O desenvolvimento local e a sua relação com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como política pública para a agricultura familiar. **Oikos**: revista brasileira de economia doméstica, v. 25, n. 1, p. 69-90, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Usx3BR>.
66	LIMA, A. E. F. **A geografia da segurança alimentar e nutricional no Ceará-Brasil**: um estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Dl3d77>.
67	LIMA, A. F. A.; ZOMER, C. Condições gerais da organização e da produção em assentamento rural de Aripuanã – MT e o acesso dos produtores aos incentivos e benefícios federais. *In*: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 8., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: CVBA, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2FXGizX>.
68	LIMA, M. E. P.; SILVA, J. F. B. Políticas públicas PNAE e PAA e o fortalecimento da agricultura familiar: estudo de caso da Associação de Produtores Rurais do Núcleo VI de Petrolina/PE. **Ideias & Inovação**, v. 3, n. 3, p. 97-106, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2GvVtCr>.
69	LUCENA, E. K.; LUIZ, J. M. Uma avaliação da importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na agricultura familiar do município de Ceará Mirim (RN). *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Anais**... Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2RJYv89>.
70	MACEDO, A. C. *et al*. Avaliação da Contribuição do PAA para criação e consolidação de sistemas agroalimentares localizados em municípios do sudoeste paulista. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55., 2017, Santa Maria, Rio Grande do Sul. **Anais**... Santa Maria: SOBER, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2tcwFYn>.
71	MACHRY, A. **Políticas públicas e agricultura familiar**: análise da distribuição dos recursos do PNAE e do PAA no período de 2003 a 2014. 2017. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2BsQUp5>.
72	MACIEL, C. A. R.; FLECH, E. M. O Programa de Aquisição de Alimentos e o estímulo à produção orgânica. **Revista Eletrônica do Curso de Direito**, v. 7, p. 139-150, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2I3e5fo>.
73	MACIEL, L. R. **Mercado institucional de alimentos**: potencialidades e limites para a agricultura familiar. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2RKwWeQ>.
74	MAGALHÃES, A. M.; SOARES, A. S. **Os impactos do PAA-Leite sobre o preço, a produção e a renda da pecuária leiteira**. Brasília: MDS, 2006. (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 3). Disponível em: <https://bit.ly/2GwPFbD>.
75	MARINHO, M. M. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a construção social de mercados**: estudo de caso da COPERTERRA. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2SAuc8h>.
76	MARIOTO, A. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o desenvolvimento territorial**: um estudo comparativo entre os municípios de Euclides da Cunha Paulista-SP e Paranavaí-PR. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2UPf0BK>.
77	MARQUES, P. E. M.; MOAL, M. L.; ANDRADE, A. G. F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de São Paulo: agricultura de proximidade em questão. **Ruris**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 63-89, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Dlf0Ce>.
78	MATOS, T. S.; NOIA, A. C. Análise do desempenho do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Itabuna, na Bahia. **Análise & Dados**, v. 24, p. 297-310, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2MT8mHG>.
79	MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de Santa Catarina. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Fortaleza, Ceará. **Anais**... Fortaleza: SOBER, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2GhNgT4>.
80	MELLO, G. C. F. **Agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos em Cuiabá-MT**. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2I24S6Y>.
81	MENDONÇA, J. C. A.; MENDES, P. B. Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como alternativa ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. *In*: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 7., 2011, São Paulo. **Anais**... São Paulo: Convibra, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2WONaY6>.

(Continua)

(Continuação)

82	MENEZES, G. V. As particularidades do Programa de Aquisição de Alimentos – Modalidade Leite (PAA-Leite) na regional de Arapiraca no agreste alagoano. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís, Maranhão. **Anais**... São Luís: UFMA, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Bo7Lta>.
83	MODENESE, V. S. **Efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na produção, comercialização e renda dos agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP)**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2MZNT4k>.
84	MOREIRA, A. P. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no fortalecimento da agricultura familiar em Ponta Grossa-PR**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2TBvcpS>.
85	MORENO, B. T. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e seu papel no fomento a inclusão social no campo**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2HYOe8r>.
86	MOTA, D. M. *et al.* As catadoras de mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 3, p. 449-470, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Gdtbx2>.
87	MOTA, D. M. *et al.* Influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a persistência das mulheres extrativistas e agricultoras no Norte e no Nordeste do Brasil. *In*: JANNUZZI, P.; MONTAGNER, P. (Orgs.). **Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS 2015-2016**. Brasília: MDS, 2016. (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 27). Disponível em: <https://bit.ly/2N1am0V>.
88	MOURA, D.; MAGALHÃES, F. C. A castanha de caju no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. **Revista de Política Agrícola**, v. 17, n. 1, p. 108-116, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2Sg8Ai9>.
89	MÜLLER, A. L.; FIALHO, M. A. V.; SCHNEIDER, S. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. *In*: BOTELHO, F. B. F. (Orgs.). **Avaliação de políticas de aquisição de alimentos**. Brasília: Neagri/Ceam/UnB, 2007. v. 7. Disponível em: <https://bit.ly/2UMFGmD>.
90	NASCIMENTO, D. T.; JOHANN, J. A.; BASSO, D. O grau de satisfação dos agricultores familiares em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 2, p. 82, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2YWKTuO>.
91	NASCIMENTO NETO, M. P. **O programa de aquisição de alimentos (PAA) no Município de Lagoa Seca-PB**: análise das transformações vivenciadas na agricultura familiar. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2E0ViNK>.
92	NUNES, E. A. *et al*. Programa de Aquisição de Alimentos contribuindo no fortalecimento da agricultura familiar em Maracanaú-CE. **Revista Científica Rural**, v. 20, n. 1, p. 222-241, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2G8qewr>.
93	OLIVEIRA, A. L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de Paranaíta, estado de Mato Grosso, Brasil. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 12, n. 1, p. 925-935, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2TGq97G>.
94	OLIVEIRA, J. A. **Políticas públicas para agricultura familiar**: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de São Paulo, Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2SnkGpX>.
95	OLIVEIRA, L. G. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da agricultura familiar**: estudo de caso na microrregião de Ubá-MG. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2tenPJn>.
96	PAULA, N. F. **Colhendo os frutos**: os limites e as potencialidades do PAA compra institucional em uma universidade pública. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2teloqe>.
97	PEIXOTO, A. M. M.; OLIVEIRA, A. R. A abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO. **Revista NERA**, v. 18, n. 26 p. 70-91, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2DvA6y7>.
98	PEREIRA, E. L.; PONTES, F. A.; BARONE, L. A. Programa de Aquisição de Alimentos no município de Mirante do Paranapanema-SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 18, n. 1, p. 337-360, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2SzUcRk>.
99	PEREIRA, M. E. B.; LOURENZANI, A. E. B. Desafios e perspectivas do programa de aquisição de alimentos no município de Tupã/SP. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 230-240, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2GxU5iO>.
100	PLEIN, C.; FILIPPI, E. E. O Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): geração de renda e segurança alimentar. **Revista Faz Ciência**, v. 14, n. 19, p. 63-86, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2RQFhxA>.
101	PORTO, S. I. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: política pública de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidad Internacional de Andalucía, Jaén, 2014. Versão traduzida em 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2MZQICo>.
102	QUEIROZ, R. F. N. *et al*. Agricultura familiar no município de Curvelândia/MT: análise da produção vinculada ao Programa de Aquisição Alimentos (PAA). **Boletim de Geografia (UEM)**, v. 33, n. 3, p. 184-200, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2DvCuF5>.
103	RAMBO, J. R. **Produzir e vender?** O caso do Programa de Aquisição de Alimentos de agricultores familiares assentados da reforma agrária em Tangará da Serra-MT. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2BrATQl>.

(Continua)

(Continuação)

104	REIS, A. J. C. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: análise da execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comunidade Itapari/Panaquatira do município de São José de Ribamar/MA no período de 2011 a 2015. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2MXsR6m>.
105	REIS, A. T. **Trabalho, políticas públicas e resistência em assentamentos do estado de São Paulo**: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2RLCYvD>.
106	ROCHA, E. N. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA**): modalidade compra com doação simultânea – o caso do assentamento Estrela da Ilha, em Ilha Solteira-SP. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2WRpimt>.
107	ROCHA, J. H.; SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista-Roraima. **Revista NERA**, v. 19, n. 31, p. 111-142, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2RPeSA3>.
108	RODRIGUES, M. C. **Segurança alimentar e nutricional através da agricultura familiar**: o caso do PAA em São Lourenço do Sul. 2011. Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, São Lourenço do Sul, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2E0yspG>.
109	ROSA MIRANDA, D. L. *et al*. O Programa Nacional de Aquisição de Alimentos e Agricultura Familiar no Vale do Ribeira, Paraná, Brasil. **Sustentabilidade em Debate**, v. 8, n. 1, p. 67-79, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2IjwQd3>.
110	ROSSI, F. R.; SOUZA FILHO, H. M. Os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar de São Carlos, na produção vegetal, na comercialização e na renda dos produtores familiares beneficiários. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 32., 2012, Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. **Anais**... Bento Gonçalves: ENEGEP, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2SlreFq>.
111	SALGADO, R. J. S. **Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: a trajetória de operacionalização do PAA Institucional na Universidade Federal de Viçosa-MG. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2WJboCW>.
112	SALGADO, R. J. S.; DIAS, M. M. Análise da influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre a qualidade de vida de agricultores familiares do município de Viçosa/MG. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 6, n. 11, p. 65-91, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2MX0DIA>.
113	SALGADO, R. J. S.; TEIXEIRA, E. C.; CUNHA, W. A. Contribuição dos programas de compra institucional (PAA E PNAE) para a estabilização dos preços agrícolas em Minas Gerais. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 22-41, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2GkBjfk>.
114	SALGADO, R. J. S. *et al*. Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): percepção dos atores envolvidos em sua operacionalização. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 53., 2015, João Pessoa, Paraíba. **Anais...** João Pessoa: SOBER, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2TLtcva>.
115	SALGADO, R. J. S. *et al*. Focalização e cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): avaliação de sua eficácia nas regiões brasileiras. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 55, n. 4, p. 661-678, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2BrF9PP>.
116	SANTOS, A. R. *et al*. A agricultura familiar potencializando a segurança alimentar: análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Doação Simultânea) nos estados da Bahia e Minas Gerais. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 9-24, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2Gxeu7B>.
117	SANTOS, A. T. **Agricultura familiar e Programa de Aquisição de Alimentos**: uma análise de sua implantação no município de Ponta Grossa. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2RP96hW>.
118	SANTOS, J. R. *et al*. Efeitos da densidade populacional e proximidade de aglomerados urbanos sobre o nível de efetividade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Brasil. **Scientia Plena**, v. 11, n. 2, p. 1-11, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Bty1lM>.
119	SANTOS, S. R. Q.; SOARES, N. S.; BENAVIDES, Z. A. C. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): o caso dos produtores de Ibicaraí (Bahia). **Revista de Estudos Sociais**, v. 17, n. 33, p. 161-182, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2MWKByv>.
120	SANTOS NETO, A. A. **Desafios para a Integração da Política Territorial Brasileira com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: coalizões do território Águas Emendadas. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2SGxh6A>.
121	SANTOS NETO, J. M.; LIMA, C. M. D. Extensão rural e desenvolvimento local: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto à Associação Quilombola de Guaxinim, em Cacimbinhas, Alagoas. **Diversitas Journal**, v. 1, n. 2, p. 127-139, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Bticf8>.
122	SCHMITT, C. *et al*. O Programa de Aquisição de Alimentos em assentamentos de reforma agrária: implantação, impactos e perspectivas. *In*: DEL GROSSI, M. E.; KROEFF, D. R. (Orgs.). **PAA**:10 anos de aquisição de alimentos. 1. ed. Brasília: MDS, 2013. p. 152-183.
123	SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SOUSA, G. M. O fim do Programa de Aquisição de Alimentos: reviravoltas para mulheres extrativistas em Sergipe. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 80-103, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2GejXAV>.
124	SEGUNDO, G. S. S. **O caso do PAA em Montes Claros-MG**: análise do Programa de Aquisição de Alimentos sob a ótica das instituições proponentes. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

(Continua)

(Continuação)

125	SÍCOLI, J. L. **As contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável**. 2017. 171 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2GdSeQA>.
126	SILIPRANDI, E.; CINTÃO, R. P. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 12-32, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2I0vsNV>.
127	SILVA, C. R. P. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comunidade negra de Camará**. 2013. Monografia (Graduação) – Universidade Federal da Paraíba, Areia, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2SvDhzl>.
128	SILVA, E. D.; ALMEIDA, M. F. Programa de Aquisição de Alimentos: tecendo os caminhos entre segurança alimentar e a política de sementes no semiárido paraibano. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 8., 2013, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Resumos...** Porto Alegre: ABA Agroecologia, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2TEdSAP>.
129	SILVA, E. S. *et al*. O estado da arte das políticas públicas para o campo: uma abordagem do programa de aquisição de alimentos no estado do Pará. **Reflexões Econômicas**, v. 1, n. 1, p. 153-178, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2SE8Reb>.
130	SILVA, F. C. *et al*. **Programa de Aquisição de Alimentos e os agricultores assentados e reassentados do município de Pereira Barreto-SP.** *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA/SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5. Niterói: UFF, 2009.
131	SILVA, J. C. *et al*. Programa de incentivo à produção e consumo de leite: um estudo acerca dos impactos do PAA Leite no estado do Ceará. *In*: CONGRESSO DA SOBER, 53., 2015, João Pessoa, Paraíba. **Anais**... João Pessoa: SOBER, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2RT3mnC>.
132	SILVA, M. E. S. **A representação social e a territorialização da reforma agrária no espaço urbano a partir do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2I0A3Qb>.
133	SILVA, T. C. R.; FERREIRA, P. R. O Programa de Aquisição de Alimentos sob a ótica dos atores sociais envolvidos. **Desenvolvimento em Questão**, ano 14, n. 33, p. 301-329, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2TGcAVY>.
134	SILVA, T. C. R.; FERREIRA, P. R.; AMODEO, N. B. P. A importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos territórios da cidadania dos estados de Minas Gerais e da Bahia: criação de novos mercados a partir da visão dos agentes de assistência técnica e extensão tural (Ater). **Mundo Agrário**, v. 15, n. 28, p. 1-21, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2UQ7uGJ>.
135	SILVA, T. C. R. *et al*. Entre o potencial de transformação local e os entraves do Programa de Aquisição de Alimentos na Cidade de Viçosa-MG. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 4, n. 4, p. 399-419, out./dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2BrEgXs>.
136	SILVA, V. M. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar**: o caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Rural Integrada – COOPAFI – de Capanema. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2Dn6m6o>.
137	SILVA, V. M.; MATTOS, J. L. S. Impactos do programa de aquisição de alimentos na transição agroecológica da comunidade Vila Nova-PE. **EXTRAMUROS**: revista de extensão da UNIVASF, v. 5, n. 2, p. 138-154, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Gi3ZW7>.
138	SIMÃO, G. L.; SILVA, E. A.; SILVEIRA, S. F. R. Grau de cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto aos agricultores familiares do estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 3, p. 533-548, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2DYljgw>.
139	SIMÃO, G. L. *et al*. Políticas públicas de desenvolvimento local e adensamento de capital social: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em quatro municípios de Minas Gerais. **ReA UFSM**, Santa Maria, v. 10, n. 2, p. 288-306, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2GxjaKp>.
140	SOARES, A. S.; MAGALHÃES, A. M. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos Modalidade Leite (PAA-Leite) e das famílias dos beneficiários consumidores de leite. *In*: JANNUZZI, P.; QUIROGA, J. (Orgs.). **Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS 2011-2014**. Brasília: MDS, 2014. (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**,** n. 16). Disponível em: <https://bit.ly/2Gi7lIY>.
141	SOARES, A. S.; BARROS, A. R.; MAGALHÃES, A. M. Estudo sobre os beneficiários do PAA-Leite: produtores e consumidores. *In*: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. (Orgs.). **Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS**. Brasília: MDS, 2007. (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 5). Disponível em: <https://bit.ly/2t8p7FT>.
142	SOARES, P. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos na alimentação escolar em um município de Santa Catarina**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2SBJSbd>.
143	SOBREIRA, D. B. **Avaliação dos impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado do Ceará**: o caso do mel. 2014. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Sy47qv>.
144	SOUZA, J. R. M. **Resistência e recriação camponesa a partir do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Lagoa Seca-PB**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2DiL49W>.
145	SOUZA, K. D. B. **Análise da sustentabilidade da agricultura familiar participante do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Toledo – Paraná**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2tf6FLT>.

(Continua)

(Continuação)

146	SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl. 1, p. 205-222, fev. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2E0YwAM>.
147	SPAROVEK, G. *et al*. Estudo comparativo das diferentes modalidades do PA: região Nordeste. *In*: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. (Orgs.). **Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS**. Brasília: MDS, 2007. (Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 5). Disponível em: <https://bit.ly/2t8p7FT>.
148	STAMM, C.; SCHRIPPE, K. B.; SANTOS, M. S. O desempenho dos agricultores familiares fornecedores de hortaliças do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Toledo/PR. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA E RURAL, 55., 2017, Santa Maria, Rio Grande do Sul. **Anais**... Santa Maria: SOBER, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Bt3G6X>.
149	TEIXEIRA, C. A. **Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no território indígena Caramuru Catarina Paraguaçu no município de Pau Brasil (BA)**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2U8rbcF>.
150	TEIXEIRA, C. A.; NORDER, L. A. C. A Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 18, n. 26, p. 110-121, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2NzUen0>.
151	THIES, V. F. **Agricultura familiar e mercados institucionais: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Coopersol e na Coopovec-RS**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível: <https://bit.ly/2BWR3Bj>.
152	TRAVINSKI, D. A. **Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos, operacionalizado pela Conab**. 2010. Monografia (Especialização) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2UG0gIJ>.
153	VALERIANO, C. A. N. **O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento mediador para o desenvolvimento local**: o caso da CPR-Doação através do MMNEPA em Santa Maria do Pará. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2EmIKiA>.
154	VALNIER, A.; RICCI, F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre. **Campo – Território**: revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, p. 198-228, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2XrwjLa>.
155	VIEIRA, D. F. A.; DEL GROSSI, M. E. Influência do Programa de Aquisição de Alimentos em três características da comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do município de Paracatu-MG. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais**... Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2BV22v4>.
156	VOGT, S. P. C.; SOUZA, R. S. Mercados institucionais locais como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro-RS. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais**... Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2BV22v4>.
157	XAVIER, M. L. B. **Avaliação do resultado do Programa de Aquisição de Alimentos junto às cooperativas de agricultores familiares de Santa Catarina**. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2T7lEH6>.
158	ZIMOLOG, H. R. **Mudanças socioeconômicas através do Programa de Aquisição de Alimentos na comunidade Península do Cavernoso em Candói-PR**. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2ECs6gm>.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação
Reginaldo da Silva Domingos

Assistente de Coordenação
Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Supervisão
Everson da Silva Moura
Leonardo Moreira Vallejo

Revisão
Ana Clara Escórcio Xavier
Camilla de Miranda Mariath Gomes
Clícia Silveira Rodrigues
Idalina Barbara de Castro
Luiz Gustavo Campos de Araújo Souza
Olavo Mesquita de Carvalho
Regina Marta de Aguiar
Alice Souza Lopes (estagiária)
Amanda Ramos Marques (estagiária)
Isabella Silva Queiroz da Cunha (estagiária)
Lauane Campos Souza (estagiária)
Polyanne Alves do Santos (estagiária)

Editoração
Aeromilson Trajano de Mesquita
Bernar José Vieira
Cristiano Ferreira de Araújo
Danilo Leite de Macedo Tavares
Herllyson da Silva Souza
Jeovah Herculano Szervinsk Júnior
Leonardo Hideki Higa

Capa
Danielle de Oliveira Ayres
Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico
Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 2026-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m² (miolo)
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF